



ESCOLA **informação**

# Digital

| nº 18.maio..2018 |



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

9A 4M 2D -  
Cumpra-se  
a Lei do OE  
2018

Pelo direito a  
um regime de  
aposentação  
específico

Por horários  
que valorizem  
o trabalho  
direto com  
alunos e a  
direção de  
turma

Que a uma  
necessidade  
permanente  
corresponda  
um vínculo  
estável

## **GREVE ÀS AVALIAÇÕES**

### **A PARTIR DE 18 DE JUNHO**

(Na organização da Greve vamos ampliar os seus efeitos  
reduzindo o impacto financeiro!)

## **NÃO AO APAGÃO!**

O tempo não se negocia.  
Conta-se todo!



12081/18

Dossier:  
**Orquestra Geração**

## Sites e Blogs

### Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental



<http://listavermelha-flora.pt/>

O projeto 'Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental' visa a colmatação de lacunas no conhecimento da flora vascular que ocorre em território nacional, através da recolha e da compilação de dados que permitam cartografar a distribuição dos taxa autóctones de Portugal continental, e simultaneamente avaliar o risco de extinção das espécies da flora vascular com recurso aos critérios da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza.

A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN (IUCN Red List of Threatened Species) é um projeto desenvolvido pelo Programa Global das Espécies da UICN (IUCN Global Species Programme) e pela Comissão da Sobrevivência das Espécies da UICN (IUCN Species Survival Commission), em colaboração com diversos parceiros institucionais, com o objetivo de disponibilizar informa-

ções sobre a distribuição, as tendências e as ameaças à conservação das espécies e potenciar o desenvolvimento de ações de conservação da biodiversidade. Neste objetivo engloba-se aquele que é frequentemente considerado como o papel "tradicional" da Lista Vermelha da UICN, nomeadamente, a identificação das espécies em risco de extinção. A Lista Vermelha da UICN é amplamente reconhecida como a abordagem mais abrangente e objetiva para avaliação do estado de conservação de espécies vegetais e animais à escala global.

O projeto é coordenado pela Sociedade Portuguesa de Botânica e pela Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação – PHYTOS, em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P..

### Flora-On



<http://flora-on.pt/>

O Flora-On é um portal onde se pretende sistematizar informação fotográfica, geográfica, morfológica e ecológica de todas as espécies de plantas vasculares autóctones ou naturalizadas listadas para a flora de Portugal (Continente, Açores e Madeira).

O portal funciona de modo dinâmico e interativo e pretende tornar intuitiva e simples a procura de informação e a identificação de espécies de plantas da flora portuguesa. O projeto foi lançado ao público no dia 25 de fevereiro de 2012 e está em permanente atualização, tanto no que respeita à adição de novos dados, como de novas funcionalidades.

O Flora-On é um projeto coordenado pela Sociedade Portuguesa de Botânica e está a ser desenvolvido com base no trabalho voluntário de botânicos, naturalistas e investigadores. ■

Sofia Vilarigues

# Tempos livres, enriquecimento curricular, extracurricular: o importante é que as crianças brinquem!

**A** intenção é, obviamente, de aplaudir: ocupar de uma forma útil as crianças (sobretudo do pré-escolar e do 1º ciclo) conciliando a escola com a atividade profissional dos pais, de modo a que a escola pública possa concorrer, nesta matéria, com os colégios privados que desde há muito garantem tal conciliação.

Mas não foi inteiramente garantido um princípio básico destas atividades: elas não poderiam ser “escolarizadas” – os cachopos já têm carga letiva mais do que suficiente! Numa primeira fase chegamos mesmo a assistir a professores do 1º ciclo que transferiram para estes tempos as atividades (curriculares) que menos lhes interessavam ou em que estavam menos à vontade: a educação física, a formação musical ou estética. Houve quem defendesse que os professores deviam supervisionar estas atividades, como se de práticas letivas se tratasse.

Por razões conjunturais – o elevado número de professores no desemprego – foram os habilitados para a docência que ocuparam a maioria dos lugares – muito mal pagos! - criados por instituições da mais variada natureza: empresas criadas para o efeito, câmaras e juntas de freguesia, associações de pais, IPSS... E este facto facilitou a prática escolarizada destas atividades. Uma distorção completa do que lhes deveria ter presidido: ajudar as crianças a brincar e a divertir-se.

Não sendo atividades docentes, podendo legitimamente (ou mesmo idealmente) não serem exercidas por professores, tendo como promotores entidades que não o Ministério da Educação, que sentido faz que sejam tidas em conta para concursos docentes ou progressão na carreira dos professores?

Claro que há direitos adquiridos que não podem ser questionados: se a atual legislação prevê que estes trabalhadores das AEC concorram na 2ª prioridade, não pode o M.E colocá-los na 3ª. Se a legislação prevê que, pelo menos em alguns casos, conte como tempo de serviço para carreira, tal tem de ser salvaguardado. Mas invocar que tem de continuar a ser assim porque até agora assim foi não é argumento sustentável. ■

Miguel André

# Nº18 MAIO.2018

## SUMÁRIO



- [4. Editorial. José Alberto Marques  
É tempo de concretizar!](#)
- [5. Dossier. Orquestra Geração](#)
- [6. Entrevista com António Wagner Diniz](#)
- [10. Uma Orquestra que evolui e vai criando novos projetos](#)
- [12. Orquestra de Afetos](#)
- [15. Orquestra Geração – Apresentação](#)
- [16. Que relação entre a música e a inclusão social?](#)
- [17. Reportagem. Educação Artística: Uma prioridade](#)
- [18. Cidadania. Donald Trump: uma arma  
de destruição maciça](#)
- [20. Manifestação 19 de Maio](#)
- [21. Escola/Professores](#)
- [21. Última hora: Reunião dececionante justifica greve  
dos docentes. Ministério usa a chantagem contra  
a razão dos professores e educadores](#)
- [22. Falta de professores: perceber o que se passa  
e agir em conformidade!](#)
- [23. Lufa-lufa no ensino superior: precariedade,  
ansiedade e falta de tempo!](#)
- [24. EB 2,3 Delfim Santos. Associação de Pais  
quer amianto fora da escola](#)
- [25. Em audição na comissão de educação e cultura - FNE  
faz frete aos patrões e ignora professores](#)
- [26. Aniversário do SPGL. 44 anos ao serviço dos docentes  
e investigadores!](#)
- [27. A dimensão social da Europa e o Pilar Europeu  
dos Direitos Sociais](#)
- [28. Conselho Geral aprova contas de 2017](#)
- [29. SPGL – Departamento de Professores  
e Educadores Aposentados](#)
- [30. Internacional. A perspetiva de uma sindicalista austríaca.  
Entrevista com Carina Kopf](#)
- [32. Aos Sócios](#)
- [33. Fui uma falsificadora para defender os meus camaradas](#)
- [34. Legislação. Espaço ABC](#)
- [35. Consultório Jurídico.  
Férias do pessoal docente. Aspetos gerais](#)



ficha técnica:

**Diretor:** José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs .  
**Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva,  
Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista) . **Fotojornalista:**  
Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha.Capa: Dora  
Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . SPGL .  
Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lis-  
boa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528  
Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.





José Alberto Marques  
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

# É tempo de concretizar!

**N**o dia 19 de maio mais de 50.000 docentes abdicaram de um sábado de descanso (que tão importante é neste final do ano letivo!) deslocando-se de todo o país para saírem à rua, numa grandiosa manifestação, exigindo do Governo/ME a concretização das medidas que levem à assunção efetiva do compromisso assinado em novembro de 2017 pelos ministérios das Finanças e da Educação com a FENPROF e todas as outras organizações sindicais de professores e educadores.

Os docentes não aceitam que o Governo/ME queira apagar mais de 70 % do tempo de serviço prestado durante os períodos de “congelamento” (9 Anos 4 Meses e 2 dias) desvalorizando o seu trabalho, o seu profissionalismo, a sua dedicação e empenho na melhoria dos resultados escolares dos alunos, tanto a nível nacional como internacional, assim como a melhoria da Qualidade da Escola Pública como um todo.

É imperativo que se inicie de imediato a negociação sobre a aplicação da contagem integral do tempo de serviço, tal como impõe a Lei do Orçamento de Estado e a Resolução 1/2018 aprovada pelos partidos que sustentam o Governo na Assembleia da República.

Mas, o respeito que os professores e educadores presentes na Manifestação Nacional realizada no dia 19 de maio de 2018, em Lisboa, exigem do Governo e do Ministério da Educação, ultrapassa em muito a decisiva questão da contagem integral do tempo de serviço. Exigem-se medidas concretas que defendam a estabilidade profissional e a melhoria das condições de trabalho, assim como um regime específico de aposentação dos professores a aplicar já no próximo ano ou, de imediato, um regime de antecipação sem penalização de idade e sem aplicação do fator de sustentabilidade, que trave o desgaste e permita rejuvenescer a classe docente.

É fundamental garantir um horário de trabalho semanal de 35 horas efetivas, com todas as atividades a desenvolver diretamente com os alunos integradas na componente letiva, as reuniões e formação contínua na não letiva de estabelecimento e as reduções do artigo 79.º do ECD a reverterem para a componente individual de trabalho. Ao mesmo tempo, é preciso resolver o problema da precariedade da única forma correta de o fazer: abrindo vagas de acordo com as necessidades reais e permanentes das escolas!

As reuniões realizadas no dia 4 de junho entre as organizações sindicais e o ME, com a presença do Ministro da Educação, confirmaram as piores expectativas sobre o não cumprimento integral da Declaração de Compromisso assinada pelo Governo/ME e pelas Organizações Sindicais em 18 de novembro de 2017.

Os Professores e Educadores não irão aceitar a continuação da quebra dos compromissos assumidos e intensificarão a sua luta ainda no presente ano letivo, iniciando no próximo dia 18 uma greve às avaliações. Unidos seremos capazes de vencer mais esta batalha! ■

# Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº18 MAIO 2018

## Orquestra Geração

“Se há alguma coisa que podemos concluir destes 10 anos de atividade é a importância que a arte tem no desenvolvimento das pessoas”, afirma Wagner Diniz na entrevista com que iniciamos este Dossier. Dez anos volvidos sobre a sua criação, a Orquestra Geração reafirma-se como um projeto de intervenção social, um projeto que promove cidadania através da música. E se desdobra hoje em novos projetos - dos jardins de infância ao trabalho com adultos - de que aqui damos conta, com exemplos concretos das escolas da Apelação e de Carnaxide/Portela. ■

# “Se há alguma coisa que podemos concluir destes 10 anos de atividade é a importância que a arte tem no desenvolvimento das pessoas”



Foto cedida pelo entrevistado e foto Orquestra Geração

## Entrevista com António *Wagner* Diniz

### • Lígia Calapez

Jornalista

#### El – Que balanço se pode fazer destes 10 anos?

A Orquestra Geração teve o seu início no ano letivo de 2007-2008. Começámos com 15 crianças e 5 professores, na escola Miguel Torga, Amadora. Neste

momento, passado 10 anos, já atingimos 1170 crianças e 80 professores. Não quer dizer que neste período não tenham circulado muito mais alunos. Para termos uma ideia – quase 2 mil e tal alunos foram circulando entretanto pelo projeto.

Assim, começámos numa única escola e, atualmente, trabalhamos em cerca de 18 escolas na zona de Lisboa. Para além disso, em Coimbra, está-se a trabalhar em dois estabelecimentos de ensino de um agrupamento de escolas. Este projeto é baseado na meto-





Foto: Orquestra Geração

dologia do *El Sistema*, da Venezuela. Os venezuelanos dizem que é o projeto na Europa que mais se assemelha ao deles. Evidentemente, com todas as diferenças. Nós temos 7 horas por semana para o projeto, enquanto os venezuelanos têm cerca de vinte e tal horas por semana. Não era possível em Portugal fazer isso. Mas mesmo com estas 7 horas temos feito trabalho, com resultados.

Tem havido algumas monitorizações externas – pelo menos até 2015 – e que tiram boas conclusões, a nível do combate ao abandono escolar, da ocupação dos tempos livres, do contributo para a construção da personalidade dos miúdos (tudo isto em bairros e zonas difíceis). Resumindo – trata-se de trabalhar com os alunos de forma a que tenham mais possibilidades de decisão quanto ao que querem ou não fazer mais tarde.

É um pouco esse tipo de *trabalho de sapa* que estamos a fazer. Não somos um conservatório, não somos uma escola de música. Somos um projeto de intervenção social. Uma escola de música julga-se pelo número de profes-

sionais, de músicos, que forma. Nós, não. A nós o que interessa é que os alunos, quando chegarem ao 9º ou ao 10º, saibam aquilo que querem fazer. Se querem fazer um curso profissional ou se querem fazer um curso superior. Para nós o que importa é que estejam orientados e continuem a trabalhar e a desenvolverem-se – não só como estudantes mas como pessoas, como cidadãos. É também um trabalho para a cidadania.

**Portanto, o vosso balanço é positivo. Uma palavra sobre a importância da arte e da música para o desenvolvimento pessoal.**

Se há alguma coisa que podemos concluir destes 10 anos de atividade é a importância que a arte – e neste caso a música – tem no desenvolvimento das pessoas. Primeiro, e especificamente no nosso caso, em que damos muita ênfase ao trabalho de conjunto, é o aprender a trabalhar em grupo, em que todos têm que se entrelaçar. Porque estão todos juntos, a trabalhar para um bem comum. E, portanto, não se pode estar em

conflito com a pessoa que está ao nosso lado. Cada um tem de encontrar maneira de se relacionar com o outro, de uma forma produtiva e amigável. E é esse exatamente um dos objetivos.

Por outro lado, a música desenvolve alguns aspetos – e a esse respeito pode ler-se por exemplo António Damásio – da personalidade e da inteligência das crianças que, de outra forma, não se desenvolverão do mesmo modo. E, depois, não nos podemos esquecer que a música é também um processo matemático. O trabalho que se faz através da matemática – que é uma matéria de que muitos não gostam – pode ser feito através da música. Quanto mais complexa é a música, mais esse trabalho está a ser feito – na relação entre tempos, relação entre andamentos.

Já não falando do próprio desenvolvimento estético ou do trabalho estético da criança.

Em muitos países, felizmente, já se chegou à conclusão que o estudo das artes é fundamental. No nosso país há atualmente imensas propostas – de dar há escola a possibilidade de poder definir 25% do seu currículo e outras ex-

periências que estão em estudo. Infelizmente duvido muito que as escolas – através desses 25% – vão dar uma posição maior às artes. Porque o país não está habituado, as pessoas não estão habituadas. E especialmente a música ainda é considerada um divertimento apenas.

### **A Orquestra Geração poderia de alguma forma contribuir para uma mudança.**

Sem dúvida – se fosse mais alargada. Se através dos canais do Ministério – dos quais nós somos um projeto especial – fosse divulgada e pudesse ser transformada e transposta para outras coisas. Nós estamos ainda a anos-luz de a música ser considerada em pé de igualdade com as outras disciplinas curriculares. O desporto já conseguiu que a nota seja considerada. E a música onde está? Quando eu falo da música, posso falar tanto do teatro como da pintura. Toda a área das artes é encolhida em relação às outras disciplinas. Por isso tenho muito medo que, nestes 25% de currículo a definir, venham mais horas para a matemática e para o português – aquilo que se quer para os *rankings* – e não tanto para ou-

**A nós o que interessa é que os alunos, quando chegarem ao 9º ou ao 10º, saibam aquilo que querem fazer. Se querem fazer um curso profissional ou se querem fazer um curso superior. Para nós o que importa é que estejam orientados e continuem a trabalhar e a desenvolverem-se – não só como estudantes mas como pessoas, como cidadãos. É também um trabalho para a cidadania.**

tras disciplinas, como as da área das artes. Disciplinas essenciais porque desenvolvem na personalidade do aluno aspetos que lhe abrem a visão para um mundo um pouco diferente. Não é o *fazer*, o *ter*, o *conseguir*. Ao menosprezar as artes o nosso sistema de ensino contribui também, de certo modo, para estes escândalos dos bancos, estes escândalos dos jogos de futebol. Porque há uma formação a meu ver incompleta da pessoa.

### **Não só o sistema de ensino. É a própria dinâmica do sistema social.**

Também. Mas é pela escola que todas as pessoas passam, nela formam a sua personalidade. E isso é um aspeto importante. E uma coisa que eu vejo na orquestra, é o estabelecimento de uma noção de coletivo, que considero muito importante em relação ao passear pela vida. E não ser só o individual, o conseguir obter o prémio. Não é isso. No nosso projeto trata-se de uma evolução no coletivo.

Os próprios miúdos, chega uma certa altura, conseguem autoavaliar-se, através da música. Sabem perfeitamente se o concerto correu bem ou correu mal. E o que é interessante é que – em vez de se sentirem coitadinhos e irem para um canto chorar – sentem que têm que ultrapassar aquilo coletivamente. Portanto, vão trabalhar coletivamente para que a próxima apresentação seja melhor.

Se através da música eu consigo arranjar mecanismos de autoavaliação – está aqui um princípio que, desenvolvido e trabalhado, se aplica às outras disciplinas e se aplica à nossa vida também.

Portanto, eu penso que este tipo de projetos consegue e tem desenvolvido estas outras vertentes – e talvez seja isso o que nós, ao fim de 10 anos, mais sentimos nos miúdos.

### **Que perspetivas e projetos em concretização?**

Há vários projetos que estamos a desenvolver.

Até agora, trabalhávamos com crianças a partir dos 6-7 anos de idade. E considerámos que, em muitas escolas, devido às suas características, seria ideal começar mais cedo. Começámos então a trabalhar nos **jardins-de-infância** das escolas dos agrupamentos. O início foi o ano passado, mas este ano letivo é que temos desenvolvido o projeto.

Estamos em 3 escolas – Alta de Lisboa, Oeiras e Zambujal (e Almada – multideficiência) – a trabalhar com essas crianças, com alguns resultados muito relevantes. E para nós é mais interessante, porque é um desafio. É um desafio novo. É um terreno em que, embora haja muitas referências, também há essa possibilidade de fazer inovação.

Outras áreas que queremos desenvolver, mas que ainda estão na fase de planeamento: **animação para seniores** e um **projeto coral**.

**Animação para seniores** é um ramo que nós vemos ser um pouco esquecido por parte da música. A ideia era implementar um projeto de animação para seniores. Que também justificasse a formação de uma orquestra semiprofissional. Há aqui um interesse nosso: temos uma série de alunos que já terminaram a escola, ou já estão no ensino superior – portanto, teoricamente estão fora do projeto – e gostaríamos de formar, com eles, uma orquestra semiprofissional. E, dessa forma, desenvolver o trabalho a outro nível. Para o fazer – isso é uma coisa que tem custos pois uma orquestra dessas forneceria bolsas aos alunos pelo seu trabalho, para ajudá-los na progressão dos estudos – temos que lhe dar um objetivo. E o objetivo que considerámos ser mais apelativo neste momento é a animação de seniores. Não só através de concertos comentados, por exemplo, como também, com as entidades que convencionarmos, haver aulas. Para um número X de seniores, que o quisessem fazer. E depois apresentarem-se, ou apresentarem-se com a nossa orquestra. Com que entidades? Não sabe-



mos ainda – mas, por exemplo, Santa Casa da Misericórdia, o Inatel na ocupação dos tempos livres e durante as férias. Há uma série de oportunidades que ainda temos de explorar. Mas a ideia era fazer uma coisa não só passiva, como concertos comentados, mas qualquer coisa de mais ativo. Até porque temos ainda a chamada *música para a comunidade* em que há funcionários, há professores, há as pessoas dos cursos noturnos, que formam uma pequena orquestra e trabalham com os outros. Já temos alguma experiência nesse sentido. Este seria o 2º projeto.

O 3º projeto seria em **Coimbra**. Visto que lá estamos implantados e Coimbra está localizada nas zonas devastadas pelos incêndios, a ideia era um plano de intervenção, a 3 anos, nalgumas dessas zonas, para as crianças. Que implicasse não só a formação de orquestras, mas também a parte coral. Teríamos assim a possibilidade de desenvolver, nessa zona, aquilo que temos tido alguma dificuldade em implementar aqui em Lisboa, nomeadamente a parte coral. Porque, para desenvolver um verdadeiro **projeto coral**, teríamos que aumentar muito as horas de trabalho com os miúdos. Temos feito algumas coisas nessa área, temos até um pequeno coro, mas um verdadeiro projeto coral não tem sido possível.

São estes os três vetores essenciais em que gostaríamos de apostar.

### **Para terminar: em termos de apoios e de obstáculos, o que é que há a destacar ao longo destes 10 anos?**

Sendo nós um projeto do Ministério da Educação, a grande parte do financiamento vem do ME – é o pagamento dos professores. Só que o número de horas dos professores tem que ser aprovado anualmente. E às vezes é aprovado em junho. E às vezes, como foi o ano passado, é aprovado em 31 de agosto. Temos que fazer as entrevistas aos professores em cima da hora. Atrasa o início



Foto: Orquestra Geração

do funcionamento. E causa outro problema – é que, a bem dizer, nunca poderemos programar a vários anos. É verdade que já o fazemos – porque partimos do princípio que, se tem funcionado até agora, em princípio continua a funcionar. E o projeto tem mostrado resultados. Mas, se pedirmos apoio a um mecenas e ele nos disser que nos quer apoiar a três anos, não temos a possibilidade de aceitar tal apoio. Já tentámos várias vezes junto do Ministério que houvesse um acordo de legislatura, mas tal não aconteceu.

Por outro lado, temos visto por parte dos privados um aumento de contribuições, um aumento de instituições privadas que têm

vindo a apoiar este nosso projeto. Quanto às autarquias, mantêm praticamente sempre a mesma contribuição. Algumas, como por exemplo Loures, aumentaram o número de escolas intervencionadas. É um apoio bom, ótimo, mas que não muda muita coisa. De qualquer modo os grandes financiadores são o Ministério da Educação e, também, nalgumas câmaras, o Ministério da Administração Interna, através dos Contratos Locais de Segurança. Esses são os grandes financiadores. Digamos que sem esse apoio nada disto seria possível.■

# Uma Orquestra que evolui e vai criando novos projetos

**Criada há 9 anos, a Orquestra Geração da escola da Apelação cresceu e já deu novos frutos. Novos projetos que atestam dos progressos alcançados, abrem outros caminhos e alargam o seu âmbito de ação na comunidade. Em breve conversa, António Barbosa, professor de música e coordenador da Orquestra na Apelação, fala de como se trabalha no dia-a-dia, de como esse trabalho se reflete na mudança de postura dos jovens, que novos projetos se estão a esboçar atualmente.**

## • Lígia Calapez

|Jornalista|

**A** Orquestra Geração vai-se construindo/reconstruindo em cada ano letivo. E, naturalmente, evoluindo com a experiência acumulada e os progressos dos seus jovens participantes.

“Inicialmente o que fazíamos era, no início de cada ano letivo, reunirmos os professores e duas ou três turmas e fazer uma demonstração, apresentarmos o que era a Orquestra, quais eram os nossos objetivos”. Entretanto, ao longo destes anos, a metodologia das demonstrações mudou. “São os nossos alunos mais velhos que fazem a apresentação da

Orquestra”. Uma apresentação dirigida “àqueles que nunca ouviram ou ouviram muito pouco falar da Orquestra, ainda não tiveram oportunidade de ter esse contacto”. Assim, são os próprios integrantes da Orquestra a falar e a explicar cada instrumento que estão a tocar, a sua sonoridade. É com eles que os interessados irão inicialmente experimentar os instrumentos. Na verdade os jovens da Orquestra são “quase os tutores daqueles novos alunos”.

Um passo que foi dado com êxito. “Porque nós, professores, às vezes tornamos as coisas demasiado formais. E estes alunos sabem comunicar de outra forma com os mais pequenos, sabem

cativá-los”.

Atualmente com 65 alunos (e muitos outros foram entretanto passando pela Orquestra), um outro passo foi dado, com a criação da Orquestra Municipal *Bora Nessa Geração de Loures*, que junta os alunos mais avançados das três escolas de Loures envolvidas neste projeto (Apelação, Camarate e Sacavém) e reúne de 15 em 15 dias, para fazer o repertório, para servir a comunidade de Loures.

Entretanto, é possível acolher toda a gente. E instrumentos musicais não têm faltado, dos violinos às violas, violoncelos, contrabaixos. E mesmo instrumentos de sopro.



## Da participação à mudança

A adesão dos alunos não é naturalmente sempre igual. Nem sempre é um *mar de rosas*. “Nos primeiros meses andam todos entusiasmados, porque é uma novidade e querem experimentar. Depois há alunos que continuam e há outros que é preciso saber direcioná-los. É preciso muita dedicação. E quando começa a dar mais trabalho, há os que querem desistir, porque pensam que não são capazes”.

Mas “isso é errado”, comenta o nosso entrevistado. Porque “estes alunos, em geral, são alunos que a nível rítmico e musical são riquíssimos. Isso vê-se nos nossos concertos. Outras pessoas que já assistiram dizem que ouvem uma orquestra de uma escola e ouvem uma da Orquestra Geração e a energia é totalmente diferente. O que tem tudo a ver com as raízes dos nossos alunos”.

A partir do momento em que há envolvimento, a mudança na postura, na forma de estar, é uma realidade. “Fica sempre alguma coisa”. Porque a Orquestra é também, de algum modo, um aprendizado que não tem a ver apenas – nem é esse o seu objetivo – com a música, com saber tocar um instrumento. Aprende-se a trabalhar em conjunto. A ouvir. A ajudar. “Nós aqui ajudamo-nos muito. Quando um aluno tem alguma dificuldade, pede-se ao mais avançado para o ajudar, ser quase um orientador. O que procuramos transmitir é que todos eles são importantes. E, mesmo quem tem mais dificuldade, não é por causa disso que não merece cá estar. Claro que merece. Temos que dar oportunidade. E quem tem mais aptidões, claro que deve ajudar”.

Tudo isto se reflete também na sala de aula. “Numa turma em que há 5 ou 6 alunos que andam na Orquestra, poderá sentir-se alguma diferença. Porque aqueles 5 ou 6 já sabem o que é estar em silêncio, já sabem o que é ouvir”.

Esta mudança de comportamento é particularmente sensível nos concertos. “Os professores ficam

admirados por ver como a postura dos seus alunos num concerto muda radicalmente. Dizem mesmo que ficam irreconhecíveis. E surpreende-os como é que nós, em pouco tempo, conseguimos mostrar o trabalho que mostramos nos concertos”.

## Novos projetos

No final do ano letivo de 2016-2017, em conversa com os alunos mais velhos que integram a Orquestra Municipal, falou-se do gosto que teriam em fazer um repertório novo. “Como todos os anos temos alunos novos a entrar, para ter estabilidade ao nível da Orquestra, não podemos avançar muito no repertório. O repertório serve para crescimento de todos os alunos, mas os mais velhos acabam por ser um pouco sacrificados”. Assim, para tentar dar resposta a este problema e a este desejo – e por iniciativa dos próprios alunos mais velhos – surge a **camerata de cordas**. Um projeto pós-laboral que integra atualmente 11 alunos. Que “acontece e continua porque estes alunos realmente querem”. E que vai evoluindo e proporcionando até momentos especiais.

“Por exemplo, na Páscoa fizemos um estágio no Inatel, na Foz do Arelho, de três dias. Deu para todos nós – apesar de quase todos nos conhecermos há uns 9 anos – criarmos um outro tipo de relações. Criou um ambiente muito favorável para o desenvolvimento da camerata”. Atualmente já há oito concertos marcados para o 3º período. “E os miúdos andam entusiasmados, porque têm esta responsabilidade e estão a fazer coisas novas e vão poder apresentar o seu trabalho em locais em que ainda não tinham ido tocar”.

Também a partir do diálogo – no caso conversações com o diretor da escola da Apelação – surgiu uma outra ideia: criar uma **aula para alunos do ensino noturno**. Ainda que muito recentemente iniciado, o grupo - constituído por alunos, mas que tem como vocalista uma funcionária da escola - já fez duas apresentações públicas.

Na primeira, tinham um mês e meio de aulas. A segunda foi uma apresentação conjunta com os adultos da Orquestra de Almada, no centro comunitário da Apelação. “Tocámos algumas músicas todos juntos e houve momentos em que cada escola apresentou o seu repertório. Foi um concerto direcionado para a comunidade, para quem quisesse e estivesse interessado em assistir. E correu muitíssimo bem. Tocámos músicas desde cabo-verdianas a diversas africanas e outras. Mostrámos outra das vertentes da música. Não só a música erudita, mas também outras vertentes”.

A ideia deste grupo, frisa António Barbosa, “é servir a comunidade. E as pessoas que vivem no bairro perceberem que toda a gente é capaz e toda a gente pode integrar projetos como este”.

Uma outra dimensão de trabalho é com o **jardim-de-infância**. Com uma *orquestra de papel*. “Tem sido um processo moroso. Quer pelo fabrico dos instrumentos de papel. Quer pela dificuldade, às vezes, de se obter o consentimento dos encarregados de educação”. “Mas as coisas estão-se a desenvolver” – sublinha o nosso entrevistado. “Fui trabalhando com eles o ano passado, mesmo sem instrumentos, e este ano criámos uma orquestra de iniciação na escola primária e tivemos a adesão de 18 alunos. Além de todos os outros que temos aqui na escola do básico. Foi bom. Foi um acréscimo”.

A ideia “é que nós consigamos estar em todo o lado”. Uma ideia que tem apoios fundamentais, sem o que não seria concretizável. Antes do mais dos professores, “que aderem e ajudam imenso”. Mas também dos colaboradores do bairro. “Pessoas que vivem no bairro – alguns estão connosco desde o início – que vão buscar os alunos da escola primária e levam-nos no final para casa. Fazem a ponte entre o bairro e a Orquestra. São pessoas fundamentais para o bom funcionamento da Orquestra. E estabelecem uma ligação ao bairro muito mais próxima”. ■





## Orquestra de Afetos Com a música também se trabalham emoções, reflexão, relação

**Trabalhar uma comunicação mais positiva, trabalhar a relação, no fundo todo o desenvolvimento socio-emocional da criança, é a razão de ser da criação da Orquestra de Afetos. Até porque fundamental para a integração das crianças na escola. “Para elas se sentirem acolhidas, queridas e amadas. Uma necessidade básica de qualquer criança”, como nos disse Helena Lima, com quem conversámos, na escola de Carnaxide/Portela, sobre este novo projeto da Orquestra Geração.**

• **Lígia Calapez**  
|Jornalista|

**A** Orquestra de Afetos é um projeto piloto dentro da Orquestra Geração, que teve início este ano letivo, paralelamente, em duas escolas: na Alta

de Lisboa (Agrupamento Alma-da-Negreiros) e em Carnaxide. Também está a ser implementado, embrionariamente, no Alto do Moinho, Zambujal, Amadora. “No fundo, a Orquestra de Afetos relaciona-se com aquilo que podemos dizer que é trabalhar

na comunidade. Ela surgiu de uma necessidade que identificávamos – alunos que chegavam à orquestra, no 1º ciclo, com uma postura de agressividade muito grande. E então decidimos trabalhar também ao nível do jardim de infância. E em cada escola

vamos analisando quais são as necessidades”.

## De como tudo começou

O trabalho no terreno começou em janeiro e envolve as duas turmas do jardim de infância da escola (Amélia Vieira Luís) – 54 crianças dos 3 aos 5 anos de idade. O trabalho desenvolve-se na sala de aula, dentro do seu horário de funcionamento. Entre meia hora a 40 minutos, duas vezes por semana, em cada uma das turmas. Optou-se por não fazer um trabalho em horário paralelo. “Porque o que nos interessa sobretudo é trabalhar a relação, pela música – mas não tanto a nossa com as crianças, mas a relação também com a educadora e a auxiliar de ação educativa, que estão toda a semana com estas crianças”.

Partindo do princípio de que “o fator da relação na escola é estruturante”, a aposta foi não centrar o trabalho exclusivamente no desenvolvimento pessoal e, naturalmente, musical, das crianças, mas também “em quem acompanha estas crianças e é responsável pelo seu crescimento”. Assim, todas as sessões foram, desde o princípio, preparadas com as educadoras.

Como se processa esta relação de trabalho? “Temos um guião mais ou menos informal da aula – que naturalmente inclui desenvolver competências relacionais e competências musicais – e juntam-se aqui também algumas das atividades ou dos temas que estão a ser trabalhados neste período com as crianças”. Por exemplo, na primavera trabalhou-se a questão da natureza. Temáticas ligadas ao jardim de infância.

Este trabalho conjunto com educadoras e auxiliares tem evoluído de forma claramente positiva. “Elas participam a 100% e são um elemento da equipa. E têm acolhido muito bem o nosso trabalho. Ao início há muito a preocupação que os miúdos sejam disruptivos. Depois esse medo deixa de existir. Porque há

também o outro lado da criança que, através da música, surge. Este projeto está a ajudar. Já não há tanto essa preocupação – *eu estou aqui para ajudar a controlar o grupo* – mas mais uma fruição, uma partilha também. E as crianças poderem vê-las numa situação diferente também é importante”.

## Trabalhar em relação

Trabalhar em relação significa envolver escola, alunos, comunidade, famílias. E a música (e até a escolha das diferentes músicas) pode ser um fator muito importante.

Este trabalho de envolvimento desenvolve-se a vários níveis. Muito simplesmente deixando algumas ferramentas musicais – canções, jogos – que as educadoras podem ir utilizando no quotidiano. Ou apostando na inclusão no repertório – de par de canções infantis, canções tradicionais – de canções africanas. “Porque há muitos pais e avós que têm as suas raízes em África. E importa reforçar também essa ligação. Para todos perceberem que fazem parte de um todo, uma riqueza musical que é muito maior que se for só a nossa (nossa – que neste momento uma parte significativa da nossa população tem raízes africanas – portanto é tanto nossa como qualquer outra), integrá-la numa vivência da escola”.

Ou também, quando das audições de música clássica, por exemplo, trazer professores da orquestra para que toquem. Ou alunos do núcleo da escola da Orquestra Geração.

Assim, “já tivemos algumas crianças da Orquestra a tocar aqui para estes pequeninos e os pequeninos ensinam uma canção ou uma lengalenga que os outros também não sabiam”. Ou envolvem-se funcionários ou professores. Como é o caso de um funcionário que toca *didjerudu* (um instrumento de música australiano) ou de uma professora do 1º ciclo, que toca clarinete.

Tudo numa lógica de trabalhar a relação, a partilha.

## E como se faz?

“Nós trabalhamos em roda. Porque todos nos olhamos igualmente, não há uma hierarquia de quem está à frente, quem está atrás. E as sessões são gradualmente participadas. No início não é essencial nem nós queremos forçar a participação. Porque a aquisição das competências faz-se gradualmente, cada criança tem um ritmo de aprendizagem”.

Este o ponto de partida. E como é que se desenvolve uma sessão? “Propomos, por exemplo, um ritmo. E vamos repetindo. E as crianças vão, ao seu ritmo, integrando esta participação. Há uns que ainda hoje escutam e não dizem nada. Outras que começam mais rapidamente e a imitar o que nós estamos a fazer e a propor até algumas variações”.

Porque também depende da própria idade musical de cada um, sublinha Helena Lima. “Nós temos uma fase que é sobretudo de assimilação. Como os bebés. No fundo tem por base muito a forma como nos desenvolvemos e aprendemos. Precisamos de ouvir, de escutar, até depois começarmos a desenvolver também a nossa linguagem. E é muito se-

**Trabalhar em relação  
significa envolver  
escola, alunos,  
comunidade, famílias.  
E a música (e até  
a escolha das diferen-  
tes músicas) pode ser  
um fator muito  
importante.**

Foto: Orquestra Geração



melhante ao que acontece com estas crianças”.

Nas várias sessões recorre-se a atividades mais rítmicas ou só melódicas. Sem palavras. No desenvolvimento das competências musicais “também nos focamos no sem palavras”, diz Helena Lima. “Porque muitas vezes aprende-se a palavra e as estruturas musicais não são apreendidas da mesma forma. É importante também aprender só a parte musical”. Por outro lado, recorre-se muito às canções tradicionais, às lengalengas. Que é “também uma forma enriquecimento da própria linguagem das crianças”.

### **Evolução musical, emocional, reflexiva, relacional**

“Antes de os homens terem organizado os sons, os sons organizaram os homens”. Uma citação do etno-psicólogo John Blacking, que Helena Lima evoca para sublinhar a importância da educação musical. “Estamos a sedimentar competências, que vão ficar gravadas no desenvolvimento auditivo da criança, no seu desenvolvimento emocional também”, realça e lembra que

“cada vez mais há evidências e há estudos que comprovam que o desenvolvimento emocional está também muito ligado ao desenvolvimento da música”.

Através da música, sem palavras, trabalham-se as questões emocionais. Vai-se tomando consciência de determinados sentimentos - envolvendo também uma componente reflexiva. Para tal, recorre-se a jogos musicais. “Fazemos um jogo musical em que podemos imaginar várias coisas. E dizemos: *agora vamos imaginar que estamos tristes, ou alegres, ou furiosos – e então o que é que acontece quando estamos furiosos, o que é que podemos fazer?* Há esta consciência e a consciência de que com a música as crianças também podem vivenciar estes sentimentos”.

Há um fio condutor, em todas as sessões, em que, através da música, se trabalha emoções, reflexão, relação. “Fazemos sempre uma canção de início em que toda a gente tem que cantar o nome do colega. Eles põem as mãos nos ombros uns dos outros – esta questão do toque, da proximidade, também é trabalhada. E, no final, temos sempre uma sessão de despedida em que as crianças têm que dar um abraço”.

É neste enquadramento - de re-

ceção, acolhimento, abraço de despedida - que se vai trabalhando o desenvolvimento musical e socio-emocional das crianças. “Às vezes falamos um bocadinho durante a sessão, noutras sessões ouvimos música clássica gravada, por exemplo, ou temos algum músico que vem tocar para os alunos, em que cantamos canções tradicionais infantis, algum jogo rítmico”.

Os reflexos deste trabalho já são sensíveis. “Sentimos que há uma acalmia maior. No início quando se formava a roda havia mais disrupções. Mas os alunos começaram a perceber a comunicação através da música e não tanto através da palavra. A música vai-se instalando e eles vão percebendo o que é que têm que fazer, através da música. E cada vez menos há essas disrupções”. Claro que nem todos os dias são iguais. “Se sentimos que há mais perturbação, propomos uma sessão mais tranquila. Quando há calma, também é bom haver um momento de maior energia”. Por isso, as aulas não estão previamente preparadas. “Temos um guião que depois é preciso ajustar. É sentir a relação que se estabelece no momento, como é que ela pode evoluir e instalar-se para a sessão ser consequente”. ■





Foto: Orquestra Geração

orquestra geração  
SISTEMA PORTUGAL

# Orquestra Geração Apresentação

Dossier

Orquestra Geração

**A** Orquestra Geração | Sistema Portugal é um projecto de inclusão social que aposta na aprendizagem da música a jovens e comunidades desfavorecidas que nunca tiveram contacto com a prática orquestral, reforçando as suas competências individuais, sociais e escolares.

## História

No início do ano letivo de 2007/2008, fruto de uma conversa entre o Dr. Jorge Miranda (Câmara Municipal da Amadora) e o Dr. António Wagner Diniz presidente do Conselho de Gestão do Conservatório Nacional, tomou-se a decisão de acrescentar ao projeto Geração já implantado no bairro da Boba (Concelho da Amadora), uma orquestra que aplicasse em Portugal o Sistema de Orquestras Infantis e Juvenis da Venezuela. Este sistema visa essencialmente dar um apoio social a crianças e jovens oriundos de bairros ditos difíceis, onde impera a marginalidade e o tecido familiar é muito frágil, e tem como objetivo através da prática intensiva de orquestra (trabalho de conjunto por excelência) integrar as crianças ou jovens na sociedade, aumentando-lhes a auto estima e o respeito pelo outro, de forma a se atingir um desenvolvimento harmonioso da

sua personalidade e combater o absentismo escolar, a saída para a marginalidade, enfim a desnaturação da personalidade do ente intervencionado. O projeto Orquestra Geração tem revestido em Portugal um papel igualmente importante na aproximação e motivação das famílias dos alunos, no sentido de se integrarem progressivamente nas atividades da orquestra, contribuindo para o alargamento do espectro de ação do mesmo, motivando e responsabilizando todo o agregado familiar na obtenção dos resultados por nós idealizados.

## Enquadramento

O Projeto “Orquestras Sinfónicas Juvenis” - Orquestra Geração é inspirado no Sistema Nacional das Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela, que tem na Orquestra Sinfónica Simón Bolívar o seu expoente máximo de qualidade, dirigida por grandes sumidades do mundo da música, e que há mais de 38 anos integra nos seus agrupamentos (mais de 200 orquestras juvenis locais) crianças e jovens provenientes de bairros problemáticos, com problemas de insucesso e abandono escolar, e com dificuldades de integração social.

Este projeto constitui um caso de sucesso pelo seu contributo inovador para a inserção e desenvolvimento de crianças e jovens provenientes de meios sociais

mais desfavorecidos tendo sido objeto de análises independentes do IGOT (financiado pela Fundação Gulbenkian) e foi um dos 50 projetos identificados enquanto Boas Práticas pela Comissão Europeia (REGEA) por duas vezes seguidas, foi igualmente com este projeto que a Câmara da Amadora foi distinguida com o prémio Excelência na Educação (em 2011). Em 2010 recebeu o Prémio Nacional de Professores - inovação e recentemente (2017/2018) foi galardoado pela Fundação Manuel António da Mota (Mota Engil) e AGEAS.

## Objetivos

- Promover a inclusão social das crianças e jovens de bairros social e economicamente mais desfavorecidos e problemáticos;
- Combater o abandono e o insucesso escolar;
- Promover o trabalho de grupo, a disciplina e a responsabilidade para uma melhor cidadania;
- Promover a autoestima das crianças e das suas famílias;
- Aproximar os pais do processo educativo dos filhos;
- Contribuir para a construção de projetos de vida dos mais novos;
- Promover o acesso a uma formação musical que seria impossível para a maioria das crianças e jovens que vivem em contextos de exclusão social e urbana.

<https://www.orquestra.geracao.aml.pt/>

# Orquestra Geração

## Que relação entre a música e a inclusão social?



Dez anos após ter dado os seus primeiros passos, já é possível ir fazendo algum balanço/avaliação do que a Orquestra Geração representa para a vida dos jovens que por ela vão passando. Aqui reproduzimos alguns breves extratos de “Crescer a tocar na Orquestra Geração”. Um livro organizado por Graça Mota e João Teixeira Lopes, resultado de um estudo de investigação que se desenvolveu ao longo de três anos e em que “foram entrevistados mentores, professores, jovens músicos e seus encarregados de educação e assistiu-se a aulas, ensaios, estágios e concertos”. Com este trabalho, editado em fevereiro de 2017, a equipa de investigação espera “clarificar alguns dos aspetos que relevam da relação entre música e inclusão social, acreditando que a Orquestra Geração representa uma parcela importante desse movimento internacional”.

### Criar competências favoráveis ao sucesso escolar e à mobilidade social

(...) a situação mais referida pelos retratados prende-se com a criação de competências favoráveis

ao sucesso escolar (autodisciplina e organização dos espaços-tempo, coordenação, entejuda, ethos de aprendizagem colaborativa e coletiva). Reside aqui a força simbólica e prática da orquestra: a transmissão de um saber-fazer e saber-estar em conjunto, *afinado*, em que as improvisações individuais só são permitidas dentro de uma coexistência normativa comum, numa equilibrada composição de cooperação e competição. Estas disposições incorporadas são transferíveis para contextos escolares, funcionando aí como competências que são recursos úteis para a construção do ofício de aluno (Perrenoud, 1994). Além disso, essas disposições parecem emergir, potencialmente, como um diapasão de organização das redes e situações de sociabilidade em esferas de vida exteriores à orquestra (escola, bairro, família). Ao alargarem o leque de possibilidades das trajetórias futuras dos sujeitos, facilitando o acesso a certas posições no espaço social e socioprofissional, tais disposições/competências são recursos que aumentam a capacidade de agir dos indivíduos, promovendo as suas possibilidades de mobilidade social.

### Melhoria da integração familiar

[verifica-se] “uma melhoria da integração familiar dos participantes, como consequência do envolvimento das famílias, em particular na participação em audições e concertos. Estes momentos assumem-se como ocasiões privilegiadas de superação de estigmas e de afirmação de algum capital simbólico. Pertencer à OG prestigia e confere visibilidade. Além do mais, no seio da OG parece verificar-se um reforço de

disposições anteriormente criadas no universo doméstico, nomeadamente de incentivo direto e/ou implícito à aprendizagem, em particular nas famílias que, mesmo não possuindo elevados volumes de capital escolar, proporcionam, contudo, rotinas de adesão ao esforço da escola.”

### Autoconfiança e capacidade de agir

“Os participantes salientam um forte sentimento de pertença e espírito de grupo na OG, o que é sem dúvida um indicador de integração social. Perpassa generalizadamente uma forte ligação a um projeto que é reconhecido e respeitado – “é o gangue da música”; bem como a representação de que participar na orquestra produzirá certas ‘coisas’ levando, potencialmente, ao aumento da sua autoconfiança, incutindo capacidade de agir para a transformação das suas condições de existência. Esta questão é tão mais importante quanto, para se gerar inclusão importa “jogar em vários tabuleiros”, criar efeitos de contaminação e de arrastamento nas diferentes esferas de vida, produzindo filiação e integração social, ser e sentir-se “parte de”, “dentro de”, em plenitude, quer dizer, sem outorga ou concessão de outrem”.

*“Eu antes não queria saber... de nada... Não queria saber da escola... Não queria saber mesmo de nada... Entrei aqui e eu percebi que... não é assim. (...) Quando eu entrei na orquestra eu comecei a mudar. Eu fiquei mais calma. Muito mais calma. Porque eu também lidava com más companhias (...) Se não fosse a orquestra, eu hoje não sei onde é que eu estava, sinceramente... Provavelmente ainda estava aqui nesta escola porque tinha chumbado...”*

[Testemunho de uma aluna]



## Educação Artística: Uma Prioridade

**Integrado no ciclo *Educação Artística: uma prioridade*, organizado pelo Centro Nacional de Cultura em parceria com o Clube UNESCO de Educação Artística, teve lugar no passado no dia 10 de maio uma conferência com Maria Emília Brederode Santos, presidente do Conselho Nacional de Educação.**



Foto: Sofia Vilarigues

**Sofia Vilarigues**  
Jornalista

“Nós passamos a vida a iludir-nos, a pensar desta vez é que vai ser, é que as artes vão entrar na educação, e eu acho que desta vez é que vai ser mesmo, mas porque a economia o pede”, introduziu Maria Emília Brederode Santos.

“Tem sido defendido por vários autores, nomeadamente da sociologia, que a organização atual da escola foi moldada pela sociedade industrial”, afirmou. “Ora o que acontece é que hoje em dia as empresas mais modernas já não funcionam assim”. E, portanto, “este tipo de trabalhadores necessita de competências muito diferentes daquelas que são apropriadas para o trabalho industrial e tudo isto implica uma grande transformação na educação, na escola.”

Para pensar nas respostas educativas a esta situação Maria Emília Brederode Santos imaginou três cenários. Um cenário será “o que pretende regressar à velha educação clássica, a tal ideia da educação da época industrial”. O outro cenário possível é “adaptar-se ao presente”. Há certas mudanças que “são óbvias e que em Portugal já foram feitas”, como o aumento da escolaridade para todas as pessoas e o prolongamento da escolaridade obrigatória, até aos 18 anos ou aos 12 anos de escolaridade. Ou, ainda, formar-se as pessoas “mais tecnologicamente, estudarem mais informática, desenvolverem o pensamento computacional”. Também o aprender línguas estrangeiras e em

particular o inglês.

Um cenário de futuro implicaria mais do que isso, “implicaria repensar os objetivos da escola, repensar a organização”. “Parece-me que estamos de algum modo nessa situação”, avaliou. “E neste cenário, nesta terceira resposta, penso que as artes podem desempenhar um papel muito relevante”, considerou. “Fazem-nos olhar para a realidade de uma maneira nova e diferente, desenvolvem o nosso pensamento crítico e a criatividade, combinam pensamento, sentimento e ação, permitem que se aprenda com os outros e conosco próprios, desenvolvem a nossa capacidade de trabalhar e de aprender através de uma motivação intrínseca, fazem-nos procurar ativamente novos conhecimentos.”

“Este ano não fui à *Futurália*, mas no ano passado fui e as sessões em que participei, em que estiveram pessoas das empresas e da formação profissional, todas manifestaram um grande interesse pelas artes na educação, por pensarem que promoveriam justamente estas competências”, referiu. “A COTEC, Associação Empresarial para a Inovação, também tem defendido isso.”

### Um debate animado

O debate foi animado, com apresentação de questões e até de trabalhos inovadores de uma associação e de um grupo.

Surgiram questões como - que seria importante as escolas terem artistas;

que há falta de formação paralela. Criticou-se a quantidade de trabalho burocrático que é exigido hoje em dia nas escolas aos professores, o que lhes tira disponibilidade para trabalharem nestas áreas e em projetos. Criticou-se também o modo como a extensão dos programas do 1º Ciclo tem vindo a crescer. E, ainda, a forma como “desde o 1º Ciclo ao ensino Secundário temos os professores preocupados com os exames, com os *rankings*, com as provas, com o acesso à faculdade e alguma coisa fica para trás”.

Entre os projetos apresentados destacou-se, por exemplo, a associação *Os Filhos de Lumière*. Tendo nascido no ano 2000 a “associação tem uma muito grande prática de trabalhar com as escolas”. “O nosso grande objetivo é, através das perguntas, levar os alunos a ver”, afirmou Teresa Garcia. “São eles que veem, são eles que descobrem. E o que eles veem é o imaginário deles. Mas é preciso que vejam o que está lá. No cinema não são só os atores, é tudo o resto. É cor, é movimento, são todos os objetos, os atores com os objetos, é a relação entre tudo”. “O professor para nós é vital, se tivermos um professor entusiasmado, para nós é 75% do caminho andado”, concluiu.

Outra presença foi a do *Grupo 23*, apresentado pela sua diretora artística. O grupo desde há 8 anos apresenta espetáculos na área da dança e do teatro. Começou na *Voz do Operário*, em Lisboa, com a abertura da escola à proposta. E ganhou dimensão e apoios. ■





# Donald Trump: uma arma de destruição maciça

Joaquim Jorge Veiguiha

**E**m 8 de maio de 2018, Donald Trump decidiu denunciar unilateralmente o acordo nuclear com o Irão e restabelecer as sanções sobre o país que tinham sido retiradas pelo anterior Presidente norte-americano. Servindo-se de alegadas provas fornecidas pelo seu principal aliado na região, o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu, de que a república islâmica estava secretamente a desenvolver um programa nuclear com fins bélicos, ‘provas’ prontamente desmentidas pela Agência Internacional de Energia Atómica que controla o acordo e tem verificado o seu cumprimento, Trump contribuiu para inaugurar um grave período de instabilidade nesta região tão conturbada. Os argumentos de Trump revelam ainda um total desconhecimento do papel do Irão neste contexto regional, já que acusa-o de ser o principal apoiante de grupos terroristas no Médio Oriente, entre os quais – pasme-se – os talibãs e a Al-Qaeda, organizações sunitas que têm como sistema ideológico de referência o wahabismo da Arábia Saudita, o seu outro grande aliado na região, de onde provieram a maioria dos membros do grupo que cometeu os atentados de 11 de Setembro de 2001 às Torres

Gêmeas de Nova Iorque. A União Europeia, apesar de continuar a reconhecer o acordo com o Irão, está desde já a revelar-se impotente para combater eficazmente as suas consequências. De facto, três grandes empresas - a Maersk, dinamarquesa, a Total, francesa, e a Siemens, alemã - anunciaram já que não irão continuar a investir e a fazer negócios no Irão, apesar de Juncker ter anunciado um plano de luta para contornar as sanções, de que destaca uma autorização do Banco Europeu de Investimentos para facilitar os investimentos das empresas europeias no Irão. Tudo aponta para que, apesar deste plano de luta, mais empresas europeias, de que se destacam as que têm investimentos nos EUA que serão seriamente prejudicadas, seguir-se-ão, o que conferirá ao Irão legitimidade para retomar o programa nuclear, intensificando-se assim a corrida aos armamentos alimentada por Trump e os seus aliados israelitas que dispõem também de capacidade nuclear. Mais uma vez, se revela a incapacidade política da Europa para impedir que o plano belicista do presidente norte-americano se concretize, a que se junta a posição demasiado tímida do secretário-geral da ONU que se limitou a afirmar que está “profundamente preocupado com

o anúncio de retirada dos EUA do acordo” (*Público*, 9.5.18).

## O Nakba

O dia 14 de maio de 2018 é outra data tristemente histórica. Neste dia foi inaugurada a futura embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém, ato que põe em causa de forma irreversível, se uma futura administração norte-americana não o reverter, a solução dos dois Estados, o israelita com capital em Jerusalém oeste e o palestino com capital em Jerusalém oriental. No mesmo dia, assinalou-se o ‘Nakba’ (a Catástrofe), os 70 anos que marcam o início da expulsão de 700 mil palestinianos dos territórios oferecidos ao Estado de Israel no âmbito do acordo Balfour, de que resultou a morte sob as balas israelitas de mais de meia centena de pessoas e centenas de feridos, muito deles tornando-se incapacitados, provenientes do campo de concentração a céu aberto que é atualmente a faixa de Gaza, e que se dirigiam em protesto em direção à fronteira de Israel. Foi dada ordem aos militares israelitas para disparar munições reais com o pretexto de que eram escudos humanos do movimento islamita Hamas que luta contra Israel na região. Enquanto a Amnistia Internacional se insurgia contra a



“violação abjeta” dos direitos humanos e o Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra’ad al-Hussein, escrevia ainda antes do número de mortes ter ultrapassado a meia centena que “a morte chocante de dezenas e o ferimento de centenas, vítimas de disparos reais em israelitas em Gaza, deve parar agora” (i, 15. 05.18), o secretário-geral da ONU, em vez de exigir uma investigação internacional a este trágico acontecimento, limitou-se a repetir uma verdade de La Pallice, revelando mais uma vez que não está à altura da situação explosiva que se vive atualmente: “Não há plano B à solução de dois Estados na qual israelitas e palestinianos possam viver em paz” (DN, 15. 05. 2018).

## A Guerra comercial

Não contente com as suas incursões desastrosas no âmbito da política internacional, Donald Trump iniciou também uma guerra comercial para reforçar a hegemonia dos EUA na economia internacional. Com o pretexto de reduzir o enorme défice norte-americano da balança de mercadorias, decidiu impor elevadas tarifas aduaneiras sobre os países que têm um excedente comercial com o seu

país, de que se destacam as principais potências dos seus tradicionais aliados europeus. Estas taxas serão de 21% para o aço e de 11% para o alumínio. Embora permaneçam ainda suspensas, tudo indica que mais cedo ou mais tarde poderão ser aplicadas. Se tivermos em conta que os EUA exportam apenas 12% do seu PIB, enquanto a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha 45%, 30% e 28%, respetivamente, não é difícil de concluir que os principais prejudicados por estas medidas serão os europeus, com a agravante de poderem contribuir para o desencadeamento de uma nova recessão no velho continente. Além disto, o défice comercial norte-americano que Trump quer reduzir é um défice ‘virtuoso’. De facto, como o dólar, e não o euro, continua a ser a moeda internacional de referência, a sua acumulação em mãos dos exportadores de mercadorias para os EUA encoraja-os a tudo fazer para conservar o seu valor, encorajando alguns a investi-los em obrigações de tesouro norte-americano, que permitirão ao país do Tio Sam continuar, qual Minotauro, para utilizar a expressão de Varoufakis, a endividar-se a seu bel-prazer à custa do resto do mundo. A Administração Trump é apenas o

último estágio dum processo político que, desde a supressão da convertibilidade do dólar em ouro que lhes permitiu financiar a guerra do Vietname à custa de outros países que suportaram o seu endividamento, faz dos EUA o principal agente de instabilidade internacional. Importa recordar, porque a memória costuma ser curta relativamente a estes eventos, o apoio às ditaduras militares fascistas da América do Sul nos anos 70 do século passado, a invasão do Afeganistão para capturar Bin Laden que, afinal, foi abatido no Paquistão, aliado dos EUA, a invasão do Iraque por George W. Bush que desencadeou a expansão do terrorismo islamita de matriz sunita, de que se destaca o do alegado Estado islâmico, e o apoio com maior ou menor reservas à política israelita de construção de colonatos nos territórios ocupados por Israel, principal fator de instabilidade política no Médio Oriente e obstáculo à solução dos dois Estados. Está na hora da União Europeia rever e assumir as suas responsabilidades para que não continue refém, como até hoje, das diversas formas do ‘excepcionalismo’ norte-americano. ■



# Manifestação 19 de maio

Fotos: Felizarda Barradas

**9 ANOS, 4 MESES, 2 DIAS :**  
Todo o tempo congelado  
Tem que ser recuperado



O tempo é p'ra contar,  
NÃO É PAR'APAGAR.

Não nos tentem enganar,  
COMPROMISSOS SÃO PARA HONRAR.



**HORAS SEMANAIS  
35 E NÃO MAIS!**



**Estabilidade, SIM!  
Precariedade, NÃO!**



**Das AEC, respeitar  
QUEM LÁ ESTÁ A TRABALHAR!**



**Exigimos negociação...  
SOBR'APOSENTAÇÃO!**



**Não basta prometer,  
É PRECISO RESOLVER!**



**Governo, escuta:  
PROFESSORES ESTÃO EM LUTA!**





## Última hora

# Reunião decepcionante justifica greve dos docentes

## Ministério usa a chantagem contra a razão dos professores e educadores

A reunião do dia 4 entre os sindicatos de professores e o Ministério da Educação, com a presença do ministro Tiago Brandão Rodrigues, decorreu sob dois sinais fortes “avançados” pela classe docente: a boa manifestação do dia 19 de maio e a ameaça de greve às avaliações caso a reunião não desse passos seguros e significativos em torno da questão que, de momento, mais mobiliza a classe: a contagem do tempo roubado (9 anos, 4 meses e dois dias) para a progressão na carreira.

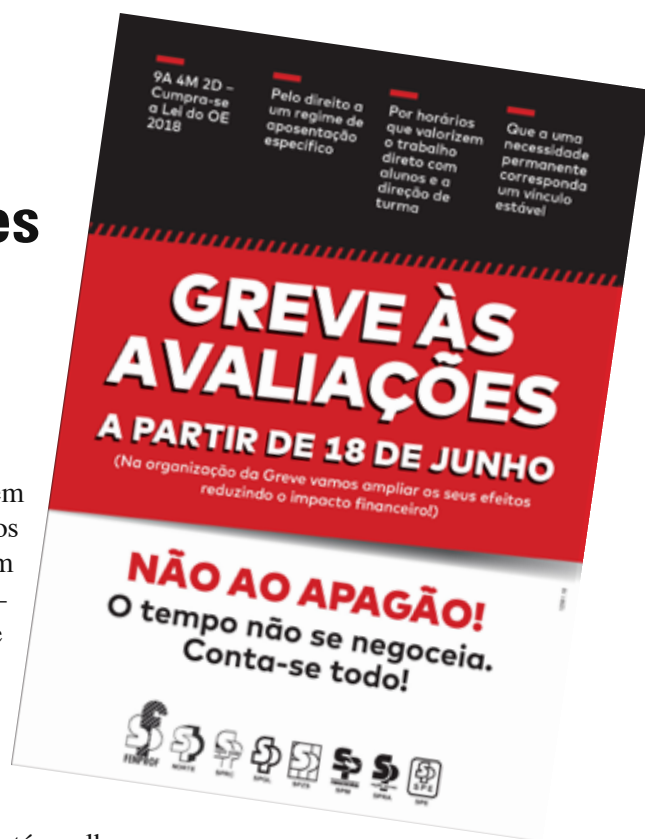
Mas a reunião não podia ter sido mais decepcionante! Alegando não ter havido cedências por parte dos sindicatos que aproximassem a sua posição da do ministério, o ministro, num tom bem façanhudo, declarou que era sua intenção retirar a proposta que o ministério apresentara (contagem de 2 anos, 9 meses e 18 dias) e ameaçou não recuperar um único dia.

O ministério substituiu o princípio de uma boa prática pela do terrorismo negocial, envenenando um relacionamento que as escolas necessitam que seja de entendimento, particularmente no final de um ano letivo.

Deve sublinhar-se que não é verdade que os sindicatos não tenham aproximado a sua posição da do ministério.

Os professores não podem aceitar que os seus anos de trabalho não sejam contados para a carreira. Por uma questão de respeito para consigo próprios. Durante esses anos “roubados” trabalharam com dedicação e profissionalismo. Os resultados dos alunos até melhoraram: baixou o insucesso e o abandono, os jovens portugueses estão bem posicionados nos vários testes internacionais. Este bom e dedicado trabalho, porém, é tratado pelo ministério como se todos os professores e educadores tivessem tido “não satisfaz” na sua avaliação, pois só nesse caso é que o ECD prevê que o tempo de serviço prestado não conte para progressão na carreira.

Não podendo ceder no princípio da contagem de todo o tempo de serviço, os sindicatos, conscientes dos impactos financeiros desta recuperação, acordaram em espalhar por 5 anos o processo da recuperação. E poderão equacionar outras formas e tempos para a concretização dessa recuperação. Mas ninguém lhes peça que humilhem os professores e educadores, aceitando que o tempo de serviço que prestaram, afinal ... não prestaram ou



não o prestaram com qualidade.

O ministério sabe que os professores têm razão; como aliás também o reconhecem o governo, através da Lei do Orçamento, que considera a recuperação do tempo de serviço, e a Assembleia da República ao aprovar uma recomendação ao governo nesse mesmo sentido.

A posição terrorista do ministro é uma ofensa à dignidade dos professores, lançando-o no mesmo caminho trilhado por Maria de Lurdes Rodrigues. E todos os docentes sabem o que sentem quando se fala dessa ex-ministra: uma profunda raiva ... e desconsideração por quem tanto os ofendeu!

A greve às avaliações está lançada. E a raiva provocada por esta chantagem do ministério será a semente de novas e duras lutas que a Escola Pública bem dispensaria. ■



## Falta de professores:

# perceber o que se passa e agir em conformidade!

**F**omos surpreendidos com notícias referindo a falta de professores, essencialmente ao longo dos 2º e 3º períodos letivos, isto é, pela inexistência de candidatos para substituírem professores que por diversos motivos abandonaram a escola, de forma definitiva ou temporária. Notícias que foram chegando ao SPGL através dos seus dirigentes e delegados, de diretores de agrupamentos e da FERLAP. Não tendo ainda sido feita uma recolha sistematizada da situação em cada escola/agrupamento, o conjunto de dados que nos foi chegando permite intuir que a situação de falta de professores, que atinge vários grupos de recrutamento, é uma situação grave.

Esta situação – inesperada? – parece contradizer os números resultantes dos concursos do ano passado, que apontavam para um enorme número de candidatos que não foram colocados. O discurso corrente (e não questionado) era o de um elevado número de docentes no desemprego, numa situação de permanente precariedade.

Não é possível ainda concluir se este fenómeno negativo tem particular incidência na área da Grande Lisboa (abrangida pelo SPGL) ou se é distribuída de forma semelhante por todo o país. Mas pode dizer-se que ele atinge

diversos grupos de recrutamento, mesmo aqueles em que o discurso corrente era, ainda há pouco, o da existência de um excesso de professores ...

Esta situação concorre de forma evidente para a degradação da imagem da escola pública, incapaz de garantir o normal funcionamento das aulas ao longo do ano letivo.

Urge, pois, tentar perceber o que se está a passar.

Algumas hipóteses explicativas:

- Professores que face à incerteza de colocação, por vezes só possível longe do seu local de habitação, e cansados de fazerem sistematicamente substituições temporárias ao longo do ano, optaram por outros trabalhos, nomeadamente na área do turismo. Poderá explicar a falta de docentes de Inglês e de História, por exemplo.

- Emigração, respondendo a convite de países onde há falta de professores e a profissão é mais bem paga. A Inglaterra é o exemplo mais conhecido.

- Problemas ligados aos mecanismos do concurso de colocação: professores que concorrem para lugares longe da sua residência e que, embora neles colocados, não os aceitam ou cedo os abandonam.

- Ou mesmo a insuficiente formação inicial de professores.

Provavelmente, cada uma destas hipó-

teses explicará uma parte do problema que, no seu conjunto, tudo indica que poderá agravar-se de ano para ano.

A resposta à falta de professores não pode separar-se de dados que são públicos: o envelhecimento do corpo docente, a indiciar um importante movimento de aposentações nos próximos anos, o estado de exaustão em que vivem muitos professores, mas também os dados que evidenciam que a profissão deixou de ser aliciante – o número de candidatos aos cursos de formação para professores é pequeno e são os candidatos com notas mais baixas que os procuram.

Portugal não está no número de países que apostam nos seus professores, que dignificam a profissão docente, que tentam atrair os melhores para uma profissão que todos reconhecem ser importante para o desenvolvimento económico e social. A desfiguração do ECD (de que o roubo dos 9 anos, 4 meses e dois dias para a progressão é o sinal mais gritante), tornando a carreira muito pouco aliciante, contribui para a fuga dos melhores e para o abandono da profissão.

Não atuar com rapidez e com lucidez, deixando agravar a já registada falta de professores, é condenar ao insucesso a escola pública. ■

# Lufa-lufa no ensino superior: precariedade, ansiedade e falta de tempo!



Fotos: Freepick.com

**André Carmo**  
DESI/SPGL

**T**ivemos [recentemente](#) a oportunidade de abordar, de forma muito sucinta, algumas das facetas mais definidoras do ensino superior contemporâneo. Por um lado, os elevados níveis de ansiedade a que estão sujeitas todas as pessoas que ajudam a “fazer” o ensino superior (i.e. estudantes, bolsheiros, pessoal técnico e administrativo, investigadores e docentes), por outro, a generalizada degradação das condições psicológicas e emocionais dos académicos no desempenho das suas atividades. Concluímos esse pequeno texto, com o seguinte apelo: «a sobre-exploração dos trabalhadores científicos, levando a

*que o burnout seja uma realidade cada vez mais usual no sistema científico e tecnológico nacional, deve interpelar-nos a todos para uma reflexão, cada vez mais urgente, sobre o papel da academia na sociedade contemporânea».* O objetivo deste artigo é, justamente, o de dar continuidade à reflexão então iniciada, colocando a tónica no nexó precariedade-ansiedade, tendo como pano de fundo a impressionante aceleração do tempo que marca as sociedades contemporâneas. Consideramos que o progressivo fortalecimento desta dicotomia tem consequências profundas e extremamente nefastas para muitos trabalhadores do sistema científico e tecnológico nacional e que, a construção de um ensino superior que não tenha como preço a pagar a perda de saúde, qualidade de vida e bem-estar, requer necessariamente que esta seja

ultrapassada.

Precariedade e ansiedade florescem num contexto marcado pela afirmação e consolidação da “universidade-empresa” e do “professor-burocrata”. Segundo Nuccio Ordine<sup>(1)</sup>, neste novo quadro institucional, reitores e dirigentes das instituições de ensino superior têm-se transformado essencialmente em gestores, preocupados sobretudo com a produção em massa de diplomados prontos a ingressar no mercado (o processo de Bolonha é sintomático desta mudança estrutural) e com o rigor orçamental das instituições (sublinhando-se a austeridade inerente ao discurso e à prática da *nova gestão pública*). A este respeito, não podemos deixar de concordar com aqueles para quem «a valorização social do emprego como fim último, se não único, da educação universitária revela uma aspiração so-



cial pobre<sup>(ii)</sup>», porventura, acrescentamos nós, mais habitual em contextos, como o português, marcados pelo défice de qualificações de nível superior e, sobretudo, por um tecido económico frágil que se revela incapaz de absorver muitos dos trabalhadores mais qualificados, frustrando expectativas e levando ao desânimo.

Os docentes, por seu turno, transformados em burocratas, passam os seus dias ocupados a preencher currículos, a produzir relatórios e a responder a questionários de avaliação de desempenho, a preparar candidaturas a projetos de investigação, a participar em reuniões interminavelmente longas e inconsequentes, em suma, tornam-se gestores de si próprios, reféns de uma lógica autofágica causadora de ansiedade, cansaço, exaustão, depressão e esgotamento. Neste contexto, a precariedade desempenha um papel absolutamente central, na medida em que, ao lançar todos contra todos num pesadelo neodarwinista em que só os mais fortes sobrevivem, eleva ao paroxismo a

pressão pela maximização do rendimento de cada trabalhador, isolando-o dos seus pares, levando-o a mais facilmente abdicar dos seus direitos mais elementares e promovendo uma atitude de resignada aceitação do *statu quo*. Como sugere Byung-Chul Han<sup>(iii)</sup>, «o aumento excessivo de produção leva ao enfarte da alma».

Sem prejuízo de existirem vários caminhos alternativos para a superação do nexa precariedade-ansiedade no contexto do ensino superior, pois não há respostas simples e definitivas para problemas tão complexos e dinâmicos como este que aqui aflorámos, do nosso ponto de vista, uma das possibilidades mais interessantes, e que tem vindo a ganhar maior expressão nos últimos anos, passa pela recuperação do tempo lento, pela criação de espaços de respiração, pela afirmação de relações interpessoais, que não apenas laborais, e quadros institucionais não subordinados ao hiperprodutivismo reinante e à irracional ditadura do pensamento rápido. Evidentemente, este “elogio

da lentidão”<sup>(iv)</sup> é parte integrante da luta por melhores condições de vida para todos os trabalhadores do sistema científico e tecnológico nacional e não pode ser construído sem que exista um amplo consenso social em seu redor. Acreditamos que este se tem vindo a consolidar ao longo dos últimos anos e que, inevitavelmente, a questão do tempo, do seu ritmo e da sua qualidade, irão assumir um papel importante no debate público sobre o tipo de sociedade que queremos ajudar a construir, hoje e no futuro, sendo fundamental assegurar uma participação ativa e esclarecida por parte do movimento sindical. O conhecimento privilegiado que tem do mundo do trabalho, assim o exige. ■

<sup>(i)</sup> Ordine N (2016) *A utilidade do inútil – manifesto*. Kalandraka, Matosinhos.

<sup>(ii)</sup> Feijó A M, Tamen M (2017) *A Universidade como deve ser*. FFMS, Lisboa.

<sup>(iii)</sup> Han B-C (2014) *A Sociedade do Cansaço*. Relógio D’Água, Lisboa.

<sup>(iv)</sup> Maffei L (2018) *Elogio da lentidão*. Edições 70, Lisboa.

## EB 2,3 Delfim Santos

# Associação de Pais quer amianto fora da escola



**N**uma iniciativa pouco vulgar, a associação de pais da Escola Delfim Santos decidiu contratar à Quercus uma análise geral às instalações da escola de modo a verificar existência de amianto nas instalações.

A técnica credenciada para o efeito (Carmen Lima) analisou o estado dos cinco edifícios escolares, do edifício administrativo, do complexo desportivo e dos passadiços exteriores, tendo concluído que em todos eles “pelo diagnóstico presuntivo realizado aos materiais, é possível referir que há sus-

peitas de presença de fibras de amianto na composição dos seguintes materiais”: pavimento em vinil e coberturas em fibrocimento.

O relatório sugere que sejam feitas as análises necessárias para confirmar as suspeitas.

Sublinhe-se que esta iniciativa foi paga, substituindo-se assim a associação de pais ao Ministério da Educação, a quem caberia desencadear tarefas deste teor.

A questão do amianto continua a preocupar, em numerosas instalações escolares construídas antes de 2005, data

em que foi proibida a incorporação de fibras de amianto nos edifícios dado os perigos que representam para a saúde quando se degradam. E se deve reconhecer-se que em muitas escolas o problema foi já solucionado, não é menos verdade que a lentidão no processo de remoção destes materiais em muitas outras deixa seriamente preocupadas as comunidades escolares.

Iniciativas como a desta da associação de pais, como forma de pressionar e chamar a atenção são de incentivar, apesar do esforço financeiro que representam. ■

## Em audição na comissão de educação e cultura

# FNE faz frete aos patrões e ignora professores

**D**ando corpo às inúmeras manifestações de desagrado que os docentes dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, revoltados com o CCT acordado entre a FNE e a CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação), a associação patronal, têm feito chegar à FENPROF, com quem a CNEF, “escudada” no contrato com a FNE, recusa negociar novo CCT que suceda ao que, unilateralmente, denunciou em 2013, a FENPROF recolheu 5130 assinaturas numa petição dirigida à Assembleia da República, onde deu entrada em 6 de fevereiro passado.

A petição tem um objetivo claro: fazer intervir a A.R. de modo a serem alcançadas alterações legislativas substantivas, designadamente do diploma especial de regulamentação do ensino particular e cooperativo, Estatuto do EPC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 152/2013.

A FENPROF considera que o atual Estatuto (Decreto-Lei 152/2013), ao contrário do anterior (Decreto-Lei nº 553/80), não respeita a letra e o espírito da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo – a Lei nº 9/79, de 19 de março, alterada pela Lei nº 33/2012, de 23 de agosto. E que o CCT assinado entre a FNE e a CNEF é fortemente lesivo dos interesses e direitos dos professores deste setor de ensino, afastando-os negativamente em relação aos professores do setor público, contrariando a Lei de Bases do EPC.

A Lei de Bases, no seu artigo 2º, prevê que “As actividades e os estabelecimentos de ensino enquadrados no âmbito do sistema nacional de educação são de interesse público”; no artigo 11º estabelece que “Todo aquele que exerce funções docentes em escolas particulares e cooperativas de ensino (...) tem os direitos e está sujeito aos específicos

deveres emergentes do exercício da função docente (...)”. E no artigo 12º que “Os contratos de trabalho do ensino particular e cooperativo e a legislação relativa aos profissionais de ensino, nomeadamente nos domínios salarial, de segurança social e assistência **devem ter na devida conta a função de interesse público que lhes é reconhecida e a conveniência de harmonizar as suas carreiras com as do ensino público**”.

Ora a legislação atual permitiu que entre a FNE e a CNEF fosse celebrado um CCT contrário a estes preceitos da Lei de Bases, aceitando diminuição dos salários e aumento da carga horária letiva dos docentes EPC!

Na petição, propõe-se “que seja alterada a redação do nº 2 do artigo do Decreto-Lei nº 152/2013, bem como o aditamento de um número ao mesmo, nos seguintes termos:

Direitos e deveres:

1 - Os educadores e os docentes das escolas do ensino particular e cooperativo têm os direitos e estão sujeitos aos deveres fixados na legislação de trabalho aplicável.

2 - As convenções e os contratos individuais de trabalho dos educadores e docentes das escolas do ensino particular e cooperativo devem ter em conta a especial relevância para o interesse público da função que desempenham, **devendo ter como referência o quadro legal aplicável ao ensino público**.

3 - Para efeitos do número anterior consideram-se com especial relevância as seguintes matérias: a) Duração do tempo de trabalho; b) Organização do trabalho em componente letiva e não letiva, nomeadamente componente não letiva de estabelecimento e individual; c) Reconhecimento para efeitos de progressão na carreira de todo o tempo de serviço docente prestado; d) Interrup-

ções letivas e das atividades educativas; e) Prescrições mínimas salariais condignas com o exercício da profissão”.

Admitida a petição e sendo obrigatória a audição perante a Comissão de Educação e Ciência, foram questionadas sobre a matéria várias organizações, entre as quais a FNE. Analisando o Parecer/contributo enviado por esta federação, **o que de imediato salta aos olhos é que nela não há uma única referência aos docentes do setor!** Pelo contrário, procura questionar a legitimidade da petição, considerando que esta “procura obter, através da ação legislativa, um efeito que não foi obtido em sede própria, isto é, em sede de negociação coletiva.” Ou seja, para a FNE é irrelevante que o CCT que assinou não cumpra minimamente a Lei de Bases do setor. E para que a sua posição fique bem clara, escreve que o objetivo do Decreto-Lei nº 152/2013 é garantir: “A liberdade de ensino e liberdade de criação de escolas particulares; os contratos de associação integram a rede de oferta pública de ensino; novo modelo de criação e funcionamento dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo; agilizar a transmissibilidade da autorização de funcionamento dos estabelecimentos; clarificação dos princípios da divulgação, da informação, da transparência, da contratualização e da avaliação dos resultados educativos e de execução para a renovação dos contratos e atribuição de apoios”.

Claríssimo: **as condições de trabalho dos docentes do EPC, nomeadamente a sua tendencial equiparação às condições de trabalho dos docentes do setor público, não são para a FNE objetivo do Decreto-Lei 152/2013. Haverá argumento mais forte para justificar a petição apresentada pela FENPROF propondo alterações à legislação?** ■

# Aniversário do SPGL

## 44 anos ao serviço dos docentes e investigadores!

**José Alberto Marques**  
Presidente do SPGL

O 44º aniversário do SPGL foi comemorado num jantar onde estiveram presentes mais de uma centena de sócios e seus familiares, trabalhadores do SPGL, o Secretário-Geral da CGTP, Arménio Carlos, o Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, o Coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, Libério Domingues, e ainda representantes de vários sindicatos que integram a FENPROF: António Faria Pinto - responsável pela organização do SPN, João Louceiro - coordenador do SPRC, Ana Simões - vice-presidente do SPZS, Francisco Oliveira - coordenador do SPM, num ambiente de diálogo e de confraternização.

O aniversário do SPGL é sempre um dia importante. É um momento que nos permite reviver a sua história e reconhecer nela aquilo que é duradouro e que deve ser conservado; em que olhamos para os que nos precederam e para o que, com o seu trabalho e empenhamento, conseguiram construir; em que temos a perceção clara da magnífica tarefa que temos em mãos, mas também da enorme responsabilidade de deixar aos vindouros um SPGL forte, que lhes permita olhar o futuro com confiança.

Se quiséssemos representar o SPGL simbolicamente escolheríamos um tetraedro, na base do qual estariam os seus sócios e em cada uma das faces laterais os seus órgãos dirigentes, os



seus trabalhadores e as estruturas em que o SPGL participa (FENPROF, FCSAP, CGTP-IN). Seria desta forma integrada, com todas as faces interligadas entre si, que assentaria este grande sindicato.

Tivemos, e temos, um conjunto de trabalhadores dedicados e empenhados sem os quais não teria sido possível chegar onde chegámos. Tivemos, e mantemos, uma natural e saudável

divergência de opiniões que fez, e faz, emergir o debate franco e aberto de ideias dando espaço de intervenção a todos os sócios. Tal só foi possível porque, ao longo destes 44 anos, o SPGL soube ser sempre um espaço de grande comunhão com os professores e educadores, de íntima ligação às escolas e aos seus problemas (os dirigentes do SPGL continuam a trabalhar nas escolas ao mesmo tempo que desenvolvem as tarefas de dirigente sindical) e, por isso mesmo, um espaço de grande pluralismo e abertura. O SPGL ficou sempre mais rico com o aprofundar da sua intervenção, quer em contextos específicos, nomeadamente no processo de criação e construção da FENPROF, quer em contextos mais gerais, no plano da unidade e da convergência com a CGTP-IN ou a Frente Comum, mas também com outras organizações com que se relaciona. Temo-nos pautado por uma gestão rigorosa e profissional do sindicato e isso tem-nos permitido garantir a coesão e a força necessárias para continuar a defender os interesses dos professores e educadores e a lutar pela defesa da escola pública. Enfrentamos

pois o futuro com consciência das dificuldades, mas também com a enorme segurança de quem sabe que continua a merecer a confiança da classe docente. E que, com essa reiterada confiança, seremos capazes de promover um diálogo permanente, na procura da convergência e da renovação, condições necessárias para garantir o futuro deste grande coletivo que é o SPGL! ■



# A dimensão social da Europa e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais



Fotos: Freepick.com

**Dulce S. Rosa Carvalho**  
Coordenadora 1º CEB SPGL

No dia 9 de maio comemora-se o dia da Europa. Esta data marca a apresentação da Declaração de Schumann, que em 1950 propôs a criação da Comunidade do Carvão e do Aço Europeia, no sentido de se unirem esforços e recursos na criação de um mercado comum, ao serviço dos interesses dos países fundadores (França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), visando não só um objetivo económico, mas também ele dotado de ambições políticas.

Este tratado foi assinado em Paris em 1951, evoluindo para o Ato Único Europeu, que fixou o objetivo de criar um único mercado comum em 1985, dando origem ao Tratado de Maastricht, que em 1992, com 12 países, abriu o caminho para a atual União Económica Monetária.

Os vários documentos que regulam o funcionamento da União Europeia, tais como, a Carta Social Europeia (Turim, 1961), a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (1989), a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Nice, 2000), enunciam objetivos de promoção ao emprego de qualidade, melhoria de condições de vida e de trabalho, proteção social adequada, diálogo entre parceiros sociais, desenvolvimento de recursos e a luta contra a exclusão.

A Europa, no âmbito da agenda de Roma, assumiu trabalhar no sentido de uma Europa Social, mas a política conservadora dos governos neoliberais,

entre 2008 e 2014/2015, abriu um período em que os direitos sociais não foram contemplados, tendo a crise económica e financeira conduzido a consequências sociais profundas, desde o desemprego dos jovens e de longa duração, ao risco de pobreza.

Presentemente, o projeto europeu enfrenta desafios colossais em áreas como a migração, segurança e economia, acrescentando ainda a onda do populismo e extrema-direita a radicalizar posições eleitorais e, ainda, em agenda europeia, o Brexit, depois de consumada a vontade expressa do Reino Unido em sair da União Europeia.

No entanto, a Europa revelou alguma determinação na superação dos impactos mais negativos, resultando numa crescente estabilidade, embora lenta e de certa forma inconstante, com níveis graduais de aumento de emprego e uma diminuição sustentada do desemprego. Face a este crescimento, e por se interligarem o progresso económico e o progresso social, deu-se a viragem do paradigma com o lançamento de um **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, inscrito no âmbito de um conjunto mais vasto de esforço para a construção de um modelo de crescimento sustentável e mais inclusivo, que permita dar resposta aos desafios atuais e futuros, visando atuar nas questões da concorrência global, das alterações demográficas e do impacto das alterações tecnológicas, e satisfazer as necessidades essenciais da população, no sentido de garantir a efetiva adoção e aplicação dos direitos sociais.

O **Pilar** reafirma alguns direitos já presentes no acervo da União Europeia e acrescenta novos princípios para enfrentar as questões decorrentes da evolução

social, tecnológica e económica. Por um lado, não impede que os estados membros, ou os seus parceiros, estabeleçam normas mais ambiciosas; por outro, não restringe nem lesa os direitos e princípios reconhecidos pelo direito da União, pelo direito internacional e por acordos internacionais em que a União ou os estados membros sejam partes, bem como das convenções e recomendações relevantes da Organização Internacional do Trabalho.

O **Pilar**, foi construído na base do respeito pela diversidade das culturas e das tradições dos povos da Europa, bem como das identidades nacionais, a organização das suas autoridades públicas a nível nacional, regional e local, não afetando desta forma o direito dos seus estados membros definirem os princípios fundamentais dos seus sistemas de segurança social e gerirem as suas finanças públicas, sem que se altere significativamente o equilíbrio financeiro dos mesmos. A prossecução e aplicação do **Pilar** tem nos parceiros sociais um papel crucial a todos os níveis, em conformidade com a sua autonomia na negociação e contratação coletiva.

Embora esteja concebido em particular para a área da zona euro, dirige-se a todos os estados membros que eventualmente pretendam aderir.

A Professora Doutora Maria João Rodrigues, deputada europeia, enquanto relatora de o **Pilar**, envolveu as instituições europeias neste debate até à sua proclamação pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão na Cimeira Social de Gotemburgo (novembro 2017).

O **Pilar Europeu dos direitos Sociais** circunscreve-se em três grandes cate-

rias, consagrando 20 princípios:

#### **. Igualdade de oportunidades e acessos ao mercado de trabalho**

Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; Igualdade de género; Igualdade de oportunidades; Apoio ativo ao emprego.

#### **. Condições de trabalho justas**

Emprego seguro e adaptável; Salários; Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento; Diálogo social e participação dos trabalhadores; Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada; Ambiente de trabalho são, seguro e bem-adaptado; Proteção dos dados.

#### **. Proteção e inclusão sociais**

Acolhimento e apoio a crianças; Proteção social; Prestações por desemprego; Rendimento mínimo, prestações e pensões de velhice; Cuidados de saúde; Inclusão das pessoas com deficiência; Cuidados de longa duração; Habitação e assistência para os sem-abrigo; Acesso aos serviços essenciais.

O **Pilar**, não pode ser apenas uma declaração de intenções e por tal é necessário pôr no terreno instrumentos de operacionalização investindo em três níveis:

**A. Alterações legislativas** - Através da diretiva de conciliação família/trabalho; da diretiva de contrato de trabalho por pessoa especificando o sistema de segurança social que o protege; da Recomendação da contratação coletiva; do Regulamento que cria a Autoridade Europeia sobre as Condições de Trabalho.

**B. Reorientação das políticas económicas e social** - Definição das prioridades e aprovação dos objetivos no semestre europeu.


**C. Dotar o pilar de financiamento** - Preconizar o funcionamento do sistema financeiro no sentido de servir e regular a criação de orçamentos nacionais para investimento público nos serviços e infraestruturas, mais margem no Pacto de Estabilidade e Crescimento e um orçamento europeu mais dotado de fundos estruturais.

Sem que os cidadãos paguem mais impostos, o sistema orçamental tem de atuar eficazmente no combate à fuga e evasão fiscal e buscar recursos a fontes de criação de riqueza que paguem baixos impostos, nomeadamente as transações financeiras e a economia digital.

Estes instrumentos de execução serão aplicados em conformidade com indicadores diferenciados, sendo que, para Portugal, o acesso a outros fundos deverá ter em conta a taxa de desemprego e os índices de pobreza.

O atual quadro europeu não dá igualdade de oportunidades aos estados membros para intervir no seu futuro. É evidente que a zona euro funciona de forma desequilibrada, sendo, por tal, legítimo que as propostas de lei agora em análise na Comissão Europeia reclamem equidade e equilíbrio orçamental europeu.

Pôr em prática os princípios do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** é uma responsabilidade conjunta dos Estados. Emerge a sua assunção. ■



## Conselho Geral aprova contas de 2017

**N**a sua reunião de 17 de maio de 2018, o Conselho Geral do SPGL aprovou, por unanimidade dos presentes as contas relativas ao ano de 2017. Na síntese introdutória o tesoureiro do SPGL, António Nabarrete, sublinha o aumento da quotização líquida de 1,2% relativamente ao ano anterior. O tesoureiro sublinha que “este resultado assenta em dois fatores fundamentais para a vida presente e futura do SPGL: a consolidação da devolução dos cortes salariais e a estabilização (com sinais de ligeiro crescimento) do número de sócios que pagam regularmente as suas quotas ao Sindicato”, situação que considera particularmente significativa face a anos de cortes salariais e de diminuição do número de docentes no

sistema. O documento afirma que “este resultado mostra a resiliência do SPGL e a sua capacidade de mobilização de docentes e investigadores”.

Na demonstração de resultados verifica-se um resultado líquido do Exercício de 142.615,98 Euros, que compara com 123.904,35 euros de 2016. O total de gastos (2.309.412,22 euros) é praticamente idêntico ao de 2016 (2.309.169,26 euros). Neste total de despesas merecem referência os gastos com pessoal, que em 2017 foram de 1.238.169,74 euros, o que significa um ligeiro aumento relativamente a 2016 (1.209.972,44 euros). Este aumento fica a dever-se à admissão de um funcionário para trabalho na área do ensino superior (embora com impacto reduzido, uma vez que a admissão se deu

já a meio do ano) e “à recuperação de dois anos de tempo de serviço para todos os trabalhadores que não atingiram ainda o topo da respetiva carreira”.

O Fundo de solidariedade a que obriga o artigo 104 dos Estatutos do SPGL, regista o valor de 197.588,42 euros e inclui-se nas “Reservas” a que alude o mesmo artigo e que aumentaram 3,3% relativamente a 2016.

Sobre as contas de 2017, o Conselho Fiscal emitiu, “por unanimidade, um Parecer favorável à Proposta de Relatório e Contas do SPGL de 2017”.

Na mesma reunião foi aprovado o Regulamento de Funcionamento do Conselho Geral do SPGL, que pode ser consultado na nossa página na Internet. ■

# SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados



## Plenário de sócios aposentados do SPGL do distrito de Lisboa

| 12 de junho 2018 |  
(terça feira)  
15h . Sede do SPGL

### Ordem de Trabalhos:

1. Informações
2. Atividades do Departamento de Aposentados do SPGL
3. 8º Encontro da Inter-Reformados – Lisboa
  - a) Análise e discussão dos documentos
  - b) Eleição dos delegados do SPGL

## 8º Encontro da Inter-Reformados Lisboa

| 22 de junho de 2018 |  
Casa dos Direitos Sociais

Uma vida de trabalho exige valorização das reformas no presente e no futuro

### Objetivos centrais:

1. Analisar a situação social dos Reformados no distrito de Lisboa e apresentar propostas reivindicativas.
2. Perspetivar o reforço da orga-

nização dos trabalhadores que passaram à situação de reforma, em particular os sócios dos Sindicatos.

3. Reforçar a Inter-Reformados e eleger a Direção Distrital.

| 20 de junho |

### 15h30 - O Meu Livro Quer

#### Outro Livro:

#### Conferência da Professora Georgina Palma:

“António Aleixo na sociedade do seu tempo”

19h – jantar-convívio de encerramento das atividades culturais 2017-18 do Departamento de Aposentados do SPGL, com animação musical, no Restaurante “Aromas da Beira Baixa” (A. Marquês de Tomar, 38).

Preço: 20 euros.

Inscrições limitadas até 12/6 para [mhelena.g@gmail.com](mailto:mhelena.g@gmail.com) ou tlm. 917 847 722

## Um dia no Bairro Alto

| 28 de junho |

10.00h – Concentração na Galeria Rattón, R. Academia das Ciências, 2C, Lisboa

**Visita guiada à Galeria Rattón** – Onde, em 1987, nasceu o projeto de convidar pintores e outros artistas plásticos a utilizar o azulejo como suporte. Paula Rego, Álvaro Siza Vieira, Pedro Cabrita Reis e Lourdes Castro são alguns dos nomes que fazem parte do acervo desta galeria.

**11.30h – Visita guiada ao Museu Geológico de Lisboa** – Construído há mais de 150 anos, manteve o seu caráter e a sua estrutura expositiva do século XVIII inalterada e é hoje considerado um “museu dos museus”. Além do seu espólio geológico e arqueológico riquíssimo, que acompanham a investigação e as descobertas feitas em Portugal ao longo dos anos, o próprio museu é uma viagem ao passado.

#### Almoço livre

**15.30h – Atelier-Museu Júlio Pomar – Visita guiada à Exposição “O que pode a arte? 50 anos do Maio de 68”** – Com obras de Júlio Pomar, Ana Vidigal, Carla Filipe, João Louro, Jorge Queiroz, Ramiro Guerreiro e Tomás da Cunha Ferreira.

Preço: 5 euros

Inscrições limitadas até 22 de junho para: [margaridalopes@sapo.pt](mailto:margaridalopes@sapo.pt) ou tlm. 966 039 670. ■



# A perspetiva de uma sindicalista austríaca

## Entrevista com Carina Kopf



**Carina Kopf, do sindicato austríaco GPA, esteve em Portugal, onde realizou um estágio de quatro semanas no SPGL. No final do estágio e em breve conversa para “Escola Informação”, Carina Kopf falou da sua experiência entre nós e, sobretudo, do sindicalismo e da realidade sociopolítica na Áustria.**

### **EI – Quais eram os objetivos deste estágio?**

**Carina Kopf** – O meu sindicato deu-me muitas tarefas, muitas perguntas para obter respostas e pediu-me para recolher informação sobre os sindicatos portugueses. Mas para mim, em particular, com o meu ativo envolvimento político-partidário, quero perceber as rápidas mudanças que ocorrem quando surge uma crise ou quando um governo muda. Há alterações no trabalho dos sindicatos. O maior problema que temos na Áustria é o governo de extrema-direita que quer reduzir os nossos direitos, os direitos dos trabalhadores. Eu quero aprender a lidar com isto, quero saber o que posso fazer quando ocorrem as mudanças. Tem sido a parte mais importante desta experiência.

### **Qual o teu papel no GPA? És membro da Direção eleita?**

Atualmente não. Sou secretária do Sindicato, portanto sou funcionária sindical, não fui eleita para o cargo. Mas na Áustria temos tendências partidárias nos sindicatos e aí sim, fui eleita presidente da Juventude Sindical Socialista de Viena.

### **Como começaste a trabalhar para o sindicato?**

O sistema de ensino na Áustria é dual. Portanto, no ensino secundário, temos formação académica na escola e aprendizagem em contexto laboral numa empresa. Fiz a minha aprendizagem na IBM durante 3 anos. Nessa época fui eleita pelos meus colegas como representante de todos os aprendizes no Conselho da Juventude.

de. Foi aí o meu primeiro contacto com o sindicalismo. Desde 2011 sou do Secretariado da Juventude Sindical e, depois deste estágio, serei Diretora Executiva do meu sindicato.

### **Como te consideras, uma sindicalista ou uma especialista no apoio ao trabalho sindical?**

Diria que não são funções distintas. Como sindicalista a nossa tarefa é ajudar os trabalhadores, fazer o melhor por eles. Para mim isso não é um trabalho ou uma profissão, é uma questão ideológica. Diria que sou uma sindicalista que trabalha para que os trabalhadores tenham melhores condições. E não apenas ao nível laboral mas também no político, ou na segurança social, ou no sistema de saúde, ou nos transportes públicos, tudo.

## Quais os aspetos mais positivos e mais negativos no contacto com os sindicatos portugueses?

Foi muito positivo verificar o elevado número de ações, concentrações e manifestações que os sindicatos organizam e nas quais os trabalhadores participam sem receio de represálias. O que para mim é difícil de entender, embora conheça as razões da criação das duas confederações sindicais, é a existência de tantos sindicatos... Para mim o que há de mais forte no espírito sindical é a solidariedade, é isso que nos une contra o capitalismo e os lucros exorbitantes das grandes empresas. Quando os sindicatos são solidários os trabalhadores, também o são. Espero que um dia as coisas melhorem por cá.

## Na Áustria têm alguma situação semelhante, de divisão sindical com relações tensas entre organizações?

Na Áustria as diferenças mais sensíveis são entre sectores de atividade, por exemplo entre operários e funcionários dos serviços. Por vezes não se compreendem mutuamente. Mas quando há uma luta, mantêm-se unidos. Os desentendimentos são sempre internas.

## Como é celebrado o 1º de maio na Áustria?

Este ano a manifestação socialista reuniu, só em Viena, 120000 pessoas. É uma festa para toda a família, com atividades para as crianças e os jovens, piquenique, música e muita alegria. Mas ainda há muita gente que desconhece o significado do 1º de maio. Por nossa falha. Temos de explicar às pessoas.

## Como é ser sindicalista num país governado pela extrema-direita?

É muito duro! Como socialista, como humanista e como sindicalista trabalho arduamente todos os dias para combater o racismo e o fascis-



mo. Portanto é penoso ver como as pessoas votam nas eleições. E ainda custa mais porque sabemos como a direita é destruidora... mas eu não desisto. Não estou sozinha! Vamos passar por alterações profundas e as pessoas vão senti-las.

## Quando se realizou a última luta pelos direitos laborais na Áustria?

Desde janeiro, quando o atual governo iniciou funções, tem havido muitas ações com muitos participantes. A maior foi uma grande manifestação contra o programa do governo que quer cortar nos direitos laborais e na segurança social. Eramos cerca de 50000 em Viena, num sábado. Chamamos-lhe a Manifestação de Ano Novo.

## E greves?

Nós não fazemos muitas greves, na Áustria. Mas em março houve uma greve dos trabalhadores das instituições de solidariedade social que não queriam aceitar alterações ao seu Contrato Coletivo de Trabalho.

## Os direitos laborais têm sofrido limitações nos últimos anos? Que alterações têm sido introduzidas na legislação laboral?

Temos governos de direita desde 2006... As pensões de aposentação foram reduzidas. O regime de aprendizagem também sofreu alterações:

o período experimental durante o qual o despedimento não carece de justificação aumentou; o período de permanência obrigatória na empresa depois da aprendizagem foi reduzido; portanto os jovens perdem salário e ficam com menos tempo para encontrar outro emprego. Até agora, as empresas que recorriam a trabalho precário tinham de descontar para a segurança social, mas como deixaram de pagar é mais fácil recorrer a estes trabalhadores. Na Áustria, o dia de trabalho pode ter no máximo de 10 horas mas querem aumentar para 12. Temos 21 sistemas de saúde setoriais que o governo pretende fundir num só, reduzindo serviços e encerrando hospitais específicos para trabalhadores.

## Como avalias o tempo que passaste connosco?

Tem sido espetacular. Contactei com vários sindicatos e pude ver como trabalham. Aqui no SPGL foi fantástico participar nas vossas manifestações e vou recordar toda a vida a campanha 9D-4M-2D. Na Áustria sabemos muito pouco sobre os sindicatos portugueses, vou levar comigo um pouco de vocês e do vosso trabalho. Três manifestações num mês, é incrível. Vocês manifestam-se muito! Foram todos incríveis comigo, ajudaram-me, esclareceram as minhas dúvidas; foi muito, muito bom e agradece-vos imenso. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓCIOS**

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direção: spgl@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9129  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional do Oeste**  
•Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
•Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional de Santarém**

•Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt

•Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt

•Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

•Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional de Setúbal**

•Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º  
2900-218 Setúbal  
Telef.: 265 228 778  
Fax: 265 525 935  
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt

•Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
almada@spgl.pt





## Fui uma falsificadora para defender os meus camaradas

**E**m 26 de abril de 2018 realizou-se mais uma sessão de O meu Livro quer outro Livro, iniciativa do Departamento dos Professores e Educadores Aposentados e Departamento da Cultura do SPGL. Esta sessão contou com a presença de Margarida Tengarrinha, autora da obra **“Memórias de uma Falsificadora, a Luta na Clandestinidade pela Liberdade em Portugal”**.

Helena Gonçalves fez um breve ponto da situação sindical e referiu datas que exigem a presença de todos para o reforço da luta.

Natália Bravo apresentou um vídeo sobre a convidada, de que se salientaram frases que definiram a autora como sendo “uma memória viva de alguém que sempre lutou pela paz”. Ouviu-se a canção de Zeca Afonso “A morte saiu à rua num dia assim...” e foi citada uma frase com que Margarida Tengarrinha define a sua vida: “Escolhi o melhor caminho, não voltava atrás”.

Fernando Mão de Ferro, o editor da obra, apresentou Margarida Tengarrinha, como sendo uma verdadeira heroína do nosso tempo e saudou o SPGL, por ser este um grande momento em que o nosso sindicato pôde contar com a presença da autora. Afirmou que este livro revela o seu percurso de vida, referindo o trágico momento do assassinato do seu companheiro José Dias Coelho. Valorizou ainda a personalidade desta lutadora que, quase a completar noventa anos, nos transmite uma alegria contagiante quando conversamos com ela.

Margarida Tengarrinha iniciou a sua intervenção agradecendo o convite do SPGL, onde se sente em casa uma vez que, também ela, é aposentada e professora.

Explicou o título do seu livro. Ele pretende “vincar que o que é jurídica e legalmente considerado um crime

pode ser considerado o oposto. A lei depende essencialmente de quem tem o poder. De que perspetiva se encara a falsificação?”

É no seu livro que encontramos as respostas para a questão referida. Uma vida de longos anos de clandestinidade e luta contra o fascismo deixam-nos entender por que Margarida Tengarrinha e José Dias Coelho apuraram o engenho e todo o saber adquirido em Belas Artes. Ao serviço da luta pela liberdade viveram anos de sobressalto criando instrumentos que tornassem possível a circulação de camaradas seus, elementos do Partido Comunista Português, sempre os primeiros perseguidos pela polícia política de Salazar.

Margarida Tengarrinha explicou ainda que o seu livro não é autobiográfico: “o que escrevi é um livro de memórias que, por vezes, é autobiografia.” Disse ainda ter escrito sobre factos que não podem ser esquecidos, pretendendo prestar homenagem a todas as pessoas simples que, um dia, serão esquecidas, mas que foram também obreiros da luta pela Liberdade e que foram a esmagadora maioria das pessoas que passaram pela sua vida.

Várias foram as intervenções que se seguiram: Paulo Rodrigues, Faustina Barradas, Maria José Maurício, Helena Gonçalves, Carmelinda Pereira, Dolores Parreira e Natália Bravo.

Ainda referindo-se à solidariedade durante o período fascista, Margarida Tengarrinha considerou ter sido a Comissão de Apoio aos Presos Políticos extremamente eficaz. Recordou ainda o Socorro Vermelho, a primeira organização de apoio aos presos políticos.

Por solicitação de uma das perguntas, Margarida Tengarrinha explicou por que repetidamente tem afirmado que estranhou a forma como foi informada da morte do seu companheiro

bem como a dificuldade em ser acolhida, logo após o acontecimento. Recordemos que ambos se encontravam na clandestinidade.

Afirmou ainda a sua indignação perante certa tolerância que hoje constatamos para com figuras da PIDE: “Há um limite para a tolerância. Não compactuo com inimigos da democracia. Há limites intransponíveis. Não trato quem traiu como inimigo mas, para os torturadores, não há transigência possível.”

José Dias Coelho foi assassinado a 19 de dezembro de 1961, enterrado a 25 de dezembro e só a 26 de dezembro a companheira foi informada.

Noutra intervenção foi lembrado que, “numa sociedade apressada e sem memória”, é interessante o percurso de Marx e Engels, em Londres, onde foi escrito o Manifesto Comunista.

Considerando que foram momentos únicos, com uma presença única, é importante transmitir a ideia de que vale mesmo a pena que este livro seja lido, mesmo por aqueles que viveram alguns destes acontecimentos. No futuro a História falará dos factos, por vezes não necessariamente a verdade. Neste livro encontramos o esclarecimento da verdade vivida e partilhada. São lapidares as palavras de Margarida Tengarrinha, no início do seu livro:

“Num país vigiado por uma polícia política feroz, experiente, com uma extensa rede de vigilância focada na deteção dos opositores ao regime e criada prioritariamente para liquidar os comunistas e destruir o Partido Comunista Português, este foi obrigado a criar os meios de defesa das suas organizações, dos seus dirigentes e dos seus militantes, para dar continuidade à luta pelo derrubamento da ditadura fascista. É desses meios que vos vou falar, pois fui uma falsificadora para defender os meus camaradas.” ■

## Legislação

### I Série

[Portaria n.º 119/2018 - Diário da República n.º 86/2018, Série I de 2018-05-04/115221287](#)

#### Educação

Define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário do pessoal docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o n.º 3 do artigo 36.º e o n.º 1 do artigo 133.º do respetivo estatuto de carreira docente (ECD)

[Resolução da Assembleia da República n.º 125/2018 - Diário da República n.º 92/2018, Série I de 2018-05-14/115288236](#)

#### Assembleia da República

Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar

[Portaria n.º 140/2018 - Diário da República n.º 94/2018, Série I de 2018-05-16/115304968](#)

#### Finanças e Educação

Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 224-A/2015](#), de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado, às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo

[Portaria n.º 149/2018 - Diário da República n.º 100/2018, Série I de 2018-05-24/115386295](#)

#### Finanças, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação

Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspeção aplicável à Inspeção-Geral da Educação e Ciência

### II Série

[Parecer n.º 7/2018 - Diário da República n.º 81/2018, Série II de 2018-04-26/115167061](#)

#### Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

[Despacho n.º 4523-A/2018 - Diário da República n.º 88/2018, 1.º](#)

[Suplemento, Série II de 2018-05-08/115228245](#)

#### Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho que determina o calendário de adoção de manuais escolares para 2018 e altera o despacho n.º 11421/2014, de 11 setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 175, de 11 de setembro, na sua redação atual

[Parecer n.º 9/2018 - Diário da República n.º 101/2018, Série II de 2018-05-25/115379371](#)

#### Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras

[Parecer n.º 11/2018 - Diário da República n.º 102/2018, Série II de 2018-05-28/115392237](#)

#### Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Currículo dos ensinos básico e secundário

[Parecer n.º 12/2018 - Diário da República n.º 102/2018, Série II de 2018-05-28/115392238](#)

#### Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre o Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior

[Despacho n.º 5327/2018 - Diário da República n.º 103/2018, Série II de 2018-05-29/115406581](#)

#### Finanças - Gabinete do Ministro

Aplicação do processo de descongelamento de carreiras, progressões e promoções

[Parecer n.º 13/2018 - Diário da República n.º 103/2018, Série II de 2018-05-29/115406616](#)

#### Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Regime jurídico dos centros académicos clínicos

## ESPAÇO ANTÓNIO BORGES COELHO (ABC)



### “Paisagens possíveis para a construção da minha casa” Exposição de pintura de Luís Rodrigues



Foto: Paulo Machado



**Até 28 de junho** está patente na Espaço ABC (na sede do SPGL) uma exposição do pintor Luís Rodrigues que o autor denominou “Paisagens possíveis para a construção da minha casa”. Nascido em Lisboa, no ano de 1945, Luís Rodrigues reside e trabalha em Caldas da Rainha. Promoveu inúmeras exposições, quer individuais quer coletivas, e faz parte, entre

outras, das coleções do Banco de Fomento Nacional (Grupo BPI), Casino Estoril, Junta de Freguesia de Cascais, Câmaras Municipais de Campo Maior, do Seixal e de Abrantes, dos Museus do Sabugal e de Óbidos, da Faculdade de Motricidade Humana, do Instituto Português do Sangue.

A propósito das “casas” da pintura de Luís Rodrigues, escreveu, em 2018, Henrique Manuel Bento Fialho: “(...) A casa: espaço delimitado num espaço mais amplo, abrigo de homens e de sombras e de objetos denunciadores de presença. Entramos na casa como quem regressa a um útero, esse lugar primordial que Luís Rodrigues não exclui do singularíssimo bairro a que se vai mantendo fiel. Assim como não exclui a envolvência, o em redor, erguendo paredes dentro de paredes. (...) É de respiração que falamos quando nos brilham os olhos perante o branco estendido para lá da cor, da respiração possível ou desejável, porventura idealizável por quem se isola adotando para si o mínimo possível de contacto com o mundo- Este surge-nos ora na forma de figuras exteriores às casas, pássaros, árvores, nuvens, como na forma de símbolos e de palavras, de ideogramas, alfabeto da interioridade. Palavras simples e isoladas, tal quem nas casas respira, espécie de vento a passar como a nuvem que se projeta em sombras nas paredes. E dizemos: perto, cimeiro, morada, sedução, não como quem diz um conceito, mas como quem respira uma forma.

Evitemos mais comparações. O trabalho é do olhar, não é da língua. O olhar exige mais do que pensamento, exige a sensibilidade que decifra o belo (...)” ■

# Férias do pessoal docente

## Aspetos gerais

O direito a férias encontra-se consagrado no artigo 59º nº 1 d), da Constituição da República, no âmbito de um conjunto de direitos dos trabalhadores aí elencados. Em cumprimento desse reconhecimento constitucional, o Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) determina no seu artigo 87º que “O pessoal docente tem direito em cada ano ao período de férias estabelecido na lei geral” ou seja, na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP). De acordo com o artigo 126º desta mesma LTFP, o trabalhador em funções públicas (caso dos docentes) tem direito a um período de férias remuneradas com a duração de 22 dias úteis aos quais acresce mais um dia útil por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado. Ainda de acordo com o referido preceito legal, o período de férias vence-se no dia 1 de janeiro de cada ano e corresponde a serviço prestado no ano civil anterior o que significa que as férias gozadas por um docente no ano de 2018 reportam-se ao serviço prestado no ano de 2017.

O supra referido artigo 87º do ECD vem ainda determinar como é apurado o direito a férias do pessoal docente contratado em efetividade de serviço à data em que termina o ano letivo e com menos de um ano de serviço. Para o efeito, recorreu a uma fórmula em que tal direito é igual “... ao produto do número inteiro correspondente a dois dias e meio por mês completo de serviço prestado até 31 de agosto pelo coeficiente 0,833 arredondando para a unidade imediatamente superior” (por exemplo: um docente que tenha começado a exercer funções em janeiro tem direito a 17 dias de férias assim calculados:  $2,5 \times 8 \text{ meses} = 20 \text{ dias}$ ;  $20 \text{ dias} \times 0,833 = 16,66$ ).

Por sua vez, o artigo 88º do ECD vem dispôr que o período de férias do pessoal docente em exercício de funções é gozado entre o termo de um ano letivo e o início do ano letivo seguinte. Esta especificidade de regime assenta nas características específicas de funcionamento das escolas tendo como objetivo evitar a verificação de prejuízos no decurso normal das atividades letivas com especial salvaguarda dos interesses dos alunos. É também tendo em conta as referidas especificidades e interesses a salvaguardar que as férias do pessoal docente só podem ser gozadas

num único período (total de dias de férias a que têm direito) ou em dois interpolados sendo que um deles tem que ter a duração mínima de oito dias úteis consecutivos. Este mesmo preceito legal também vem indicar, nos seus nºs 3 e 4, quais são os critérios em que deve assentar a marcação das férias deste grupo profissional. Embora o principal objetivo a ter em conta nesta situação seja a conciliação entre os interesses dos docentes e a conveniência da escola, o facto é que a este objetivo deve sempre sobrepor-se o funcionamento do estabelecimento de ensino. Aliás, da conjugação dos referidos nºs 3 e 4 desta norma resulta clara a prevalência dos interesses da escola sobre os interesses dos docentes resultando deste último nº 4 que, em caso de falta de acordo na marcação do período de férias, a decisão cabe ao órgão diretivo do estabelecimento de ensino. Ainda no âmbito do tema em tratamento é de referir o que sobre a acumulação de férias e a interrupção do seu gozo vem o ECD determinar respetivamente nos seus artigos 89º e 90º. Do primeiro destes preceitos legais resulta que a referida acumulação é permitida desde que as férias a acumular sejam gozadas no ano civil seguinte ou seja, se por exemplo um docente não gozar 5 dias de férias em determinado ano não os pode gozar noutra ano que não seja o imediatamente a seguir. Por outro lado, e ainda de acordo com o mesmo artigo 89º do ECD, o docente também só pode acumular férias até ao limite de 30 dias úteis ou seja, se o docente não gozou 10 dias de férias num determinado ano, no seguinte só pode acumular 8 dias de férias às vencidas neste último ( $22 + 8 = 30$  dias) o que significa que ficará prejudicado no gozo de 2 dias de férias. Há, contudo, que ter presente que também resulta desta norma que à acumulação de férias se sobrepõem sempre os interesses da escola e que a sua verificação **depende sempre** do assentimento do respetivo órgão de direção. Finalmente e no que respeita ao segundo preceito legal sobre a interrupção do gozo de férias, o legislador parece ter pretendido salvaguardar, de forma inequívoca, o gozo de férias do pessoal docente ao vedar expressamente a sua convocação para a realização de quaisquer tarefas durante tal período. ■



# SPGL



**Presença em força no**  
**1º de Maio**